

**A INVOLUÇÃO DA ECONOMIA PARAIBANA  
NO CONTEXTO NORDESTINO**

*Rômulo Soares Polari*

*Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
da Universidade Federal da Paraíba.*

**Resumo:** *Análise do comportamento da economia paraibana, ao longo do período 1960-92. Inicialmente, demonstra a dimensão da sua involução relativa no contexto regional e nacional. Depois, procura explicar as determinações dessa realidade, investigando os seus fundamentos a partir de suas interligações com o processo de acumulação de capital no País. Dedicada, assim, especial atenção à compreensão das repercussões decorrentes do aprofundamento da integração do Nordeste ao sistema sócio-econômico nacional, na história recente, destacando aí as especificidades que marcaram a participação da Paraíba.*

**Palavras-chave:** *Economia Paraibana, Crescimento Econômico, PIB, Industrialização, Paraíba, Brasil-Nordeste.*

## 1. INTRODUÇÃO

No período 1960-92, a economia paraibana foi, de longe, a que apresentou os mais fracos níveis de desempenho no contexto nordestino. O crescimento do seu PIB global, em termos reais, foi da ordem de 280,60% (4,27% a.a.), contra 352,00% (4,83% a.a.) do PIB do Nordeste e 385,50% (5,06% a.a.) do PIB do Brasil. A outra economia estadual da região cujo PIB menos cresceu foi a de Pernambuco: 354,10% (4,84% a.a.); as demais tiveram os seus PIBs se expandindo a taxas bem maiores, variando de 403,60% (5,18% a.a.), na Bahia a 746,90% (6,90% a.a.), no Maranhão.

Mesmo com esse resultado inferior, no período de referência a Paraíba conseguiu aumentar o seu PIB real *per capita* em 134,80% (2,70% a.a.). No Nordeste e no Brasil como um todo, esse indicador sócio-econômico cresceu 133,10% (2,68% a.a.) e 127,20% (2,60% a.a.), respectivamente.

Essa evolução relativamente superior do PIB *per capita* da Paraíba foi decisivamente influenciada pelo ritmo bem menor de crescimento da sua população, 62,06% (1,52% a.a.), nos trinta e dois anos considerados. Para o Nordeste, esse incremento populacional foi de 93,87% (2,09% a.a.) e para o Brasil, 113,73% (2,40% a.a.).

Os dados apresentados sintetizam a precariedade da vida sócio-econômica da Paraíba, na história recente. O desenvolvimento das suas atividades produtivas não vem permitindo as condições mínimas de subsistência a uma significativa parcela da sua população. Isso vem fazendo com que o Estado detenha as maiores taxas de migração populacional para o resto do País, notadamente para a região Sudeste. Seu menor índice de crescimento demográfico reflete, sobretudo, a involução da sua economia, até mesmo no Nordeste.

Neste trabalho, analisa-se esse comportamento da economia paraibana no cenário regional e nacional, procurando explicá-lo. Pretende-se chegar a essa compreensão, a partir das repercussões na Paraíba do aprofundamento da integração do Nordeste à economia nacional no período 1960-92, sem perder de vista as especificidades dessa economia estadual, principalmente no que se refere à sua sensibilidade aos efeitos da seca.

## 2. VISÃO PRELIMINAR

Em 1960, o Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita* da Paraíba (valor anual da riqueza produzida por habitante) era o quinto maior do

Nordeste. A preços de 1990, equivalia a US\$ 507.79, correspondendo a 82,2% desse rendimento médio nordestino. Comparado ao brasileiro representava 44,10%. Em relação ao produto *per capita* do Maranhão, o estado então mais pobre da Região, correspondia a 207,40%.

No decorrer da década de sessenta, a posição sócio-econômica da Paraíba no Nordeste deteriorou-se sensivelmente. Apresentou, inclusive, um pequeno decréscimo no PIB real *per capita* de -0,44%, mesmo tendo a menor taxa de crescimento populacional da Região, no período 1960-70, 19,18% (1,77% a.a.). O incremento demográfico nordestino foi da ordem de 26,39% (2,37% a.a.) e o brasileiro 32,92% (2,89% a.a.). Os estados da Bahia e Pernambuco, que chegaram a 1970 com os maiores níveis de produto *per capita*, tiveram esse indicador crescendo 18,63% (1,72% a.a.) e 17,76% (1,65% a.a.), respectivamente, no decênio de referência. No Nordeste, esse rendimento pessoal médio aumentou 11,95% (1,13% a.a.) e no Brasil, 36,91% (3,19% a.a.).

Com esses resultados, o PIB real *per capita* paraibano de 1970, US\$ 505.57, a preços de 1990, continuava a ser o quinto maior do Nordeste. Decrescia, entretanto, a sua superioridade em relação aos do Maranhão, de 107,4% para 64,2%, Piauí, de 79,30% para 58,90%, e Ceará, de 22,00% para 10,70%. Como percentual do PIB *per capita* nordestino caía para 73,10% e do brasileiro, para 32,10%.

Essa situação da Paraíba foi bastante influenciada pelos efeitos da seca de 1970 sobre a sua economia. Vale, porém, ressaltar que na primeira metade da década de sessenta, quando não houve seca, o nível do rendimento médio da sua população apresentou expressiva perda de posição relativa. A sua taxa de crescimento, no período 1960-65, 12,13% (2,32% a.a.), como se vê na TABELA 1, foi apenas a sexta maior entre as dos nove estados nordestinos.

Na década de setenta, o comportamento do PIB real *per capita* da Paraíba foi bem melhor, mesmo tendo apresentado a menor taxa de crescimento na Região. Cresceu 60,76% (4,86% a.a.), passando a equivaler, em 1980, a US\$ 812.76, a preços de 1990. Os demais estados nordestinos apresentaram taxas de incremento desse indicador sócio-econômico bastante superiores, variando de 131,02% (8,73% a.a.), no Ceará, a 82,22% (6,18% a.a.), no Maranhão. O PIB real *per capita* do Nordeste aumentou 86,59% (6,44% a.a.) e o do Brasil, 79,82% (6,04% a.a.). Deve-se considerar que, como na década anterior, também na citada, a população paraibana foi a que menos cresceu na Região, 16,27% (1,52% a.a.). A população nordestina aumentou 23,77% (2,16% a.a.) e a brasileira, 27,78% (2,48% a.a.) (TABELA 2).

TABELA 1  
ESTADOS NORDESTINOS, NORDESTE E BRASIL  
Evolução do PIB real *per capita* e da população  
1960-1965-1970

| Estados<br>Região<br>País | PIB real <i>per capita</i><br>(a preços de 1990) |          |            |          |            |          | Taxas de Crescimento (em %) |               |                        |               |
|---------------------------|--|----------|------------|----------|------------|----------|-----------------------------|---------------|------------------------|---------------|
|                           | 1960   |          | 1965       |          | 1970       |          | PIB real <i>per capita</i>  |               | População Residente(1) |               |
|                           | CR\$   | US\$ (2) | CR\$       | US\$     | CR\$       | US\$     | 1960/<br>1965               | 1965/<br>1970 | 1960/<br>1970          | 1960/<br>1970 |
| MA                        | 20.458,92  | 244,87   | 23.123,94  | 276,77   | 25.720,10  | 307,84   | 13,03                       | 11,23         | 25,72                  | 21,39         |
| PI                        | 23.667,59  | 283,27   | 29.079,14  | 348,04   | 26.575,34  | 318,07   | 22,86                       | -8,61         | 12,29                  | 33,18         |
| CE                        | 34.785,57  | 416,34   | 41.814,69  | 500,47   | 38.153,05  | 456,65   | 20,21                       | -8,76         | 9,68                   | 32,48         |
| RN                        | 39.052,87  | 467,42   | 41.836,94  | 500,74   | 35.318,45  | 422,72   | 7,13                        | -15,68        | -9,56                  | 35,50         |
| PB                        | 42.426,00  | 507,79   | 47.573,84  | 569,40   | 42.240,98  | 505,57   | 12,13                       | -11,21        | -0,44                  | 19,18         |
| PE                        | 48.428,96  | 579,64   | 58.603,78  | 701,42   | 57.030,53  | 682,59   | 21,01                       | -2,68         | 17,76                  | 26,16         |
| AL                        | 42.773,51  | 511,95   | 44.544,34  | 533,14   | 44.576,55  | 533,53   | 4,14                        | 0,07          | 4,22                   | 26,35         |
| SE                        | 42.742,10  | 511,57   | 47.493,83  | 668,44   | 50.400,91  | 603,24   | 11,12                       | 6,12          | 17,92                  | 19,86         |
| BA                        | 57.264,62  | 685,39   | 64.338,30  | 770,05   | 67.935,51  | 813,11   | 12,35                       | 5,59          | 18,63                  | 25,34         |
| NE                        | 51.602,73  | 617,62   | 57.909,27  | 693,10   | 57.771,30  | 691,45   | 12,22                       | -0,24         | 11,95                  | 26,39         |
| BR                        | 96.181,73  | 1.151,18 | 102.872,59 | 1.231,26 | 131.679,74 | 1.576,05 | 6,96                        | 28,00         | 36,91                  | 32,92         |

FONTE: TABELA 6, Fundação IBGE (FIBGE), 1960, 1970(17).

- (1) As populações de 1965 foram estimadas com base nas suas correspondentes taxas médias de crescimento do período 1960-70.  
(2) Os valores em dólares têm por base a taxa média de câmbio de CR\$ 83,5505828857 para o ano de 1990, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme metodologia contida no seu Relatório de 1992, p. 22.

TABELA 2  
ESTADOS NORDESTINOS, NORDESTE E BRASIL  
Evolução do PIB real *per capita* e da população  
1970-1975-1980

| Estados<br>Região<br>País | PIB real <i>per capita</i><br>(a preços de 1990) |          |            |          | Taxas de Crescimento (em %) |               |                           |               |
|---------------------------|--|----------|------------|----------|-----------------------------|---------------|---------------------------|---------------|
|                           | 1975   |          | 1980       |          | PIB real <i>per capita</i>  |               | População<br>Residente(1) |               |
|                           | CR\$   | US\$ (2) | CR\$       | US\$     | 1970/<br>1975               | 1975/<br>1980 | 1970/<br>1980             | 1970/<br>1980 |
| MA                        | 31.898,14  | 381,78   | 46.866,44  | 560,93   | 24,02                       | 46,93         | 82,22                     | 33,53         |
| PI                        | 38.620,22  | 462,24   | 51.162,54  | 612,35   | 45,32                       | 32,48         | 92,52                     | 27,31         |
| CE                        | 61.339,46  | 734,16   | 88.142,64  | 1.054,96 | 60,77                       | 43,70         | 131,02                    | 21,25         |
| RN                        | 55.676,52  | 666,38   | 76.952,01  | 921,02   | 57,64                       | 38,21         | 117,88                    | 22,39         |
| PB                        | 67.657,79  | 809,78   | 67.906,97  | 812,76   | 60,17                       | 0,37          | 60,76                     | 16,27         |
| PE                        | 86.846,46  | 1.033,46 | 109.187,40 | 1.306,84 | 51,40                       | 26,45         | 91,45                     | 18,98         |
| AL                        | 72.706,51  | 870,21   | 84.884,13  | 1.015,96 | 63,10                       | 16,75         | 90,42                     | 25,04         |
| SE                        | 78.556,12  | 940,22   | 105.286,60 | 1.260,15 | 55,86                       | 34,03         | 108,90                    | 26,64         |
| BA                        | 114.079,33                                       | 1.365,39 | 124.896,83 | 1.494,86 | 67,92                       | 9,48          | 83,85                     | 25,91         |
| NE                        | 84.562,77  | 1.012,11 | 107.794,62 | 1.290,17 | 46,38                       | 27,47         | 86,59                     | 23,77         |
| BR                        | 188.390,16                                       | 2.254,80 | 236.784,72 | 2.834,03 | 43,07                       | 25,69         | 79,82                     | 27,78         |

FONTE: TABELA 8, FIBGE, 1970, 1980(17).

- (1) As populações de 1975 foram estimadas com base nas suas correspondentes taxas médias de crescimento do período 1970-80.  
(2) Os valores em dólares têm por base a taxa média de câmbio de CR\$ 83,5505828857 para o ano de 1990, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme metodologia contida no seu Relatório de 1992, p. 22.

Na primeira metade dos anos setenta, o PIB real *per capita* da Paraíba cresceu 60,17% (9,88% a.a.), continuando a ser, em 1975, o quinto maior da Região. Na segunda metade, apresentou o pior resultado no contexto regional. Em 1980, superava apenas esses indicadores sócio-econômicos dos estados do Maranhão e Piauí. Diminuíra, porém, ainda mais, a expressão relativa dessa superioridade, para 44,9% em comparação ao do primeiro e para 32,7% ao do segundo. Em relação ao PIB *per capita* regional, a sua proporção baixou para 63,0% e, ao nacional, para 28,7%.

No triênio 1980-83, de pesada crise na economia brasileira e prolongada seca no Nordeste, a economia da Paraíba continuou a apresentar resultados precários. O seu PIB real *per capita* de 1983, US\$ 845.64, a preços de 1990, foi apenas 4,04% maior do que o de 1980. Conseguia, no entanto, manter-se superior aos níveis desse rendimento do Piauí, em 43,7%, e do Maranhão, em 49,5%, os mais baixos da Região. O PIB real *per capita* do Nordeste não apresentou variação e o do Brasil decresceu -12,44% (-4,33% a.a.), no período de referência (TABELA 3).

No quadriênio 1983/87, o PIB *per capita* da Paraíba cresceu 33,16% (7,42% a.a.), tornando-se, no último desses anos, equivalente a US\$ 1.126.04, a preços de 1990. Esse incremento foi expressivo, comparado aos do PIB *per capita* regional, 23,89% (5,50% a.a.), e do nacional, 17,2% (4,07% a.a.). Houve, no entanto, perda de posição desse indicador paraibano de riqueza produzida por habitante, diante dos apresentados pelos estados do Piauí e Maranhão. Em 1987, tornou-se apenas 26,5% maior que o primeiro e 15,9% maior que o segundo. Comparado ao PIB *per capita* nordestino, passou a representar 70,4% e ao brasileiro, 38,7%. Em ambos os casos, aumentou a sua dimensão relativa.

Os últimos três anos da década 1980-90 foram de pesada recessão para a economia brasileira e de adversidade climática para o Nordeste, culminando com a generalização da seca por todos os estados desta Região em 1990. Afetada por essa realidade nacional e regional, os resultados econômicos da Paraíba, no período 1987-90, foram modestos, comparados com os do período 1983-87. Isto é o que demonstra o crescimento de 9,21% (2,98% a.a.) do seu PIB real *per capita*, que passou a equivaler a US\$ 1.229.74, em 1990. No Brasil e no Nordeste, os resultados obtidos foram ainda mais adversos. O PIB real *per capita* nordestino decresceu -6,85% (-2,34% a.a.) e o brasileiro, -6,85% (-2,34% a.a.). Desse modo, não obstante esse rendimento paraibano continuar, em 1990, como o terceiro menor da Região, melhorou a sua posição em relação ao rendimento *per capita* desta e, também, ao nacional.

TABELA 3  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Evolução do PIB real *per capita* e da população  
1980-1983-1987

| Estados<br>Região<br>País | PIB real <i>per capita</i><br>(a preços de 1990) |          |            |          | Taxas de Crescimento (em %) |               |                           |               |
|---------------------------|--|----------|------------|----------|-----------------------------|---------------|---------------------------|---------------|
|                           | 1983   |          | 1987       |          | PIB real <i>per capita</i>  |               | População<br>Residente(1) |               |
|                           | CR\$   | US\$ (2) | CR\$       | US\$     | 1980/<br>1983               | 1983/<br>1987 | 1980/<br>1987             | 1980/<br>1987 |
| MA                        | 50.301,62  | 602,05   | 81.157,56  | 971,36   | 7,33                        | 61,34         | 73,17                     | 14,17         |
| PI                        | 49.196,61  | 588,82   | 74.382,15  | 890,26   | -3,84                       | 51,19         | 45,38                     | 12,67         |
| CE                        | 95.320,96  | 1.140,88 | 122.175,54 | 1.462,29 | 8,14                        | 28,17         | 38,61                     | 12,40         |
| RN                        | 82.464,02  | 987,00   | 131.939,01 | 1.579,15 | 7,16                        | 60,00         | 71,46                     | 16,47         |
| PB                        | 70.653,72  | 845,64   | 94.081,70  | 1.126,04 | 4,04                        | 33,16         | 38,54                     | 9,57          |
| PE                        | 100.588,00                                       | 1.203,92 | 126.261,51 | 1.511,20 | -7,88                       | 25,52         | 15,64                     | 9,83          |
| AL                        | 102.794,34                                       | 1.230,32 | 129.412,60 | 1.548,91 | 21,10                       | 25,89         | 52,46                     | 16,10         |
| SE                        | 110.410,10                                       | 1.321,48 | 132.152,49 | 1.581,71 | 4,87                        | 19,69         | 25,52                     | 18,55         |
| BA                        | 132.850,04                                       | 1.590,06 | 155.961,56 | 1.866,67 | 6,37                        | 17,40         | 24,87                     | 15,16         |
| NE                        | 107.794,54                                       | 1.290,17 | 133.550,92 | 1.598,44 | 0,00                        | 23,89         | 23,89                     | 13,32         |
| BR                        | 207.331,42                                       | 2.481,51 | 243.188,46 | 2.910,67 | -12,44                      | 17,29         | 2,70                      | 14,35         |

FONTE: TABELA 10, FIBGE, 1980 (17), 1991(18).

(1) As populações de 1983 e 1987 foram estimadas com base nas suas correspondentes taxas médias de crescimento do período 1980-91.

(2) Os valores em dólares têm por base a taxa média de câmbio de CR\$ 83,5505828857 para o ano de 1990, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme metodologia contida no seu Relatório de 1992, p. 22.

Como se pode deduzir à luz dos dados apresentados, os resultados sócio-econômicos positivos alcançados pela Paraíba, no período 1980-90, são bastante discutíveis. Eles se revelaram um tanto mais, diante das severas adversidades que marcaram as economias brasileira e nordestina na década. Tanto é assim que, embora o seu PIB *per capita* tenha passado a representar 82,6% do PIB *per capita* regional e 45,4% do nacional, continuou praticamente na mesma posição relativa da primeira metade dos anos sessenta. Cabendo, ainda, considerar que, no referido decênio, a população da Paraíba foi, novamente, a que menos se expandiu entre os estados nordestinos, 13,94% (1,32% a.a.). No Nordeste, esse incremento populacional foi de 19,58% (1,80% a.a.) e no Brasil 21,11% (1,93% a.a.).

A entrada dos anos 1990 em nada melhorou o quadro de grandes dificuldades da economia brasileira. Em alguns aspectos, houve até piora, com o agravamento da sua crise e do seu processo superinflacionário. No Nordeste, os efeitos adversos desse quadro foram reforçados por uma seca generalizada, no ano de 1992, de tão grande proporção quanto a de 1990. Sofrendo as consequências desses impactos, a economia paraibana teve o seu PIB real *per capita* reduzido em 3,03% (-1,53%), no biênio 1990/92, passando a ter o valor de US\$ 1,192.50, em 1992, a preços de 1990. A sua posição relativa continuou sendo praticamente a mesma de 1990, tendo em vista a precariedade da evolução desse rendimento em todos os estados nordestinos, assim como na Região e no País como um todo (ver TABELA 4). No Nordeste, o PIB real *per capita* decresceu 3,32% (1,67% a.a.) e, no Brasil, 3,53% (1,78% a.a.), no aludido biênio.

### **3. DETERMINANTES DA REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA PARAIBANA**

Ao longo do período 1960/92, a Paraíba, como os demais estados nordestinos, teve algumas importantes determinações da sua vida sócio-econômica geradas a partir dos seguintes aspectos básicos:

- a) a expansão modernizante das suas atividades dos setores industrial e de serviços, vinculada à progressiva integração da economia nordestina ao processo de acumulação de capital centrado nas regiões mais ricas do País, em contínua extensão a todo o território nacional;

TABELA 4  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Evolução do PIB real *per capita* e da população  
1980-1987-1990-1992

| Estados<br>Região<br>País | PIB real <i>per capita</i><br>(a preços de 1990) |          |            |          | Taxas de Crescimento (em %) |               |                           |               |
|---------------------------|--|----------|------------|----------|-----------------------------|---------------|---------------------------|---------------|
|                           | 1990   |          | 1992       |          | PIB real <i>per capita</i>  |               | População<br>Residente(1) |               |
|                           | CR\$   | US\$ (2) | CR\$       | US\$     | 1980/<br>1990               | 1987/<br>1990 | 1990/<br>1992             | 1980/<br>1990 |
| MA                        | 85.986,25  | 1,029.15 | 85.182,09  | 1,019.53 | 83,47                       | 5,95          | -0,94                     | 20,84         |
| PI                        | 85.258,94  | 1,020.45 | 72.018,71  | 861.98   | 66,64                       | 14,62         | -15,53                    | 18,58         |
| CE                        | 117.995,44                                       | 1,412.26 | 126.743,16 | 1,516.96 | 33,87                       | -3,42         | 7,41                      | 18,18         |
| RN                        | 126.810,14                                       | 1,517.76 | 129.461,50 | 1,549.50 | 64,79                       | -3,89         | 2,09                      | 24,34         |
| PB                        | 102.745,64                                       | 1,229.74 | 99.634,33  | 1,192.50 | 51,30                       | 9,21          | -3,03                     | 13,94         |
| PE                        | 134.278,83                                       | 1,607.16 | 124.780,12 | 1,493.47 | 22,98                       | 6,35          | -7,07                     | 14,33         |
| AL                        | 114.260,57                                       | 1,367.56 | 118.559,81 | 1,419.02 | 34,61                       | -11,71        | 3,76                      | 23,77         |
| SE                        | 126.574,19                                       | 1,514.94 | 118.522,35 | 1,418.57 | 20,22                       | -4,22         | -6,36                     | 27,52         |
| BA                        | 148.237,08                                       | 1,774.22 | 143.457,29 | 1,717.01 | 18,69                       | -4,95         | -3,22                     | 22,34         |
| NE                        | 124.398,36                                       | 1,488.90 | 120.274,42 | 1,439.54 | 15,40                       | -6,85         | -3,32                     | 19,58         |
| BR                        | 226.501,32                                       | 2,710.95 | 218.504,04 | 2,615.23 | -6,86                       | -6,86         | -3,53                     | 21,11         |

FONTE: TABELA 12, FIBGE, 1980<sup>(17)</sup>, 1991<sup>(18)</sup>.

(1) As populações de 1987 e 1992 foram estimadas com base nas suas correspondentes taxas médias de crescimento do período 1980-91.

(2) Os valores em dólares têm por base a taxa média de câmbio de CR\$ 83,5505828857 para o ano de 1990, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme metodologia contida no seu Relatório de 1992, p. 22.

- b) a elevada e crescente concentração da propriedade fundiária, interagindo com significativas alterações nas condições técnico-materiais e sociais da produção do conjunto das suas atividades agropecuárias;
- c) as pesadas adversidades climáticas, com as secas dos anos de 1966, 1970, 1979, 1980, 1981, 1983, 1987, 1990 e 1992.

Na história recente da integração econômica nacional, nos anos posteriores ao de 1960, sob as influências de um capitalismo de elevado conteúdo oligopolista, as repercussões no Nordeste passaram a ser um tanto distintas daquelas que tipificaram o período que vai da década de trinta ao final dos anos cinquenta. Aí se efetivaram os grandes impactos desagregadores das tradicionais atividades regionais. Foi algo semelhante a um processo de acumulação primitiva de capital, com enorme força reorganizadora da vida sócio-econômica nordestina, conveniente à extensão do domínio da acumulação capitalista, espacialmente centrada nas regiões Sudeste e Sul.

A partir dos primeiros anos da década de sessenta, o funcionamento integrado da economia brasileira adquiriu maior significância. Entrava em grande marcha o processo de industrialização iniciado na segunda metade dos anos cinquenta, baseado na expansão interligada dos modernos, pesados e complexos setores de bens de consumo duráveis, bens de capital, bens intermediários e insumos básicos. Essa nova fonte propulsora da economia nacional, após um período de desaceleração, crise, recessão e ajustamentos, de 1963 a 1967, mediante a decisiva intervenção estatal, sob o regime político autoritário então vigente, conseguiu redinamizar o processo de acumulação de capital que lhe dava suporte, até o início da década de oitenta.

Com os estímulos e orientação da ação estatal, a modernização industrial da economia brasileira viabilizou uma elevada capacidade de geração /realização de excedente, que serviu de base ao impulso pelo qual passou a distribuição espacial do seu processo de acumulação de capital produtivo, de 1960 a 1980. O aprofundamento do conteúdo capitalista da produção social, aí característico, trouxe amplo desenvolvimento às forças produtivas, associado a uma dinâmica expansiva endógena. A lógica da acumulação oligopolista prevalecente, apoiada nos avanços das suas modernas e complexas condições técnico-materiais de produção e no seu elevado potencial de acumulação, aguçou a busca de oportunidades de investimento e de mercado, a nível nacional.

No desenrolar desse processo de acumulação de capital, nacionalmente integrado, foram-se efetivando significativas oportunidades de investimento no Nordeste, com a implementação das seguintes linhas:

- a) expansão das atividades industriais tradicionalmente desenvolvidas na Região, voltadas para o mercado nacional;
- b) implantação de estabelecimentos industriais produtores de bens de consumo para o mercado local, antes atendido por estabelecimentos implantados nas regiões Sudeste e Sul;
- c) implantação de capacidade produtiva de modernos insumos e matérias-primas, a partir dos recursos naturais da Região, para atender atividades industriais localizadas nas regiões Sudeste e Sul;
- d) implantação de novas atividades industriais, nos ramos de bens de consumo, voltadas para o mercado nacional\*.

Nessa fase de aprofundamento da integração nordestina ao processo global de acumulação de capital em curso no País, destacou-se o papel do Governo Federal na formação de capital sócio-econômico básico. Era o poder público criando as pré-condições ao florescimento da iniciativa privada. A intervenção estatal passou a ir muito além do tradicional assistencialismo amenizador dos efeitos das secas. Os grandes investimentos públicos no Nordeste, nas áreas de transporte, telecomunicações, produção e distribuição de energia elétrica, educação de nível superior e outros serviços urbanos básicos, trouxeram consideráveis repercussões no sentido da eficiência das condições de produção regionais.

As ações incentivadoras e fomentadoras do Estado na economia brasileira, nos anos setenta, buscaram, também, dar alguns passos visando à obtenção de uma certa competência nacional na área da ciência e tecnologia. Destacou-se aí a montagem de um sistema nacional de ensino de graduação e pós-graduação e centros de pesquisa, liderado pelas universidades e outros órgãos públicos.

---

\* Essas linhas de ação seguiram a lógica das práticas das empresas oligopolistas, na busca da integração vertical e da expansão à base de multiplantas espacialmente distribuídas, sob as influências das forças concorrenciais que lhes são típicas. A exceção se restringe às atividades do item "a".

Nos primeiros anos oitenta, não obstante a eclosão da crise e recessão, que desde então vem marcando duramente a vida sócio-econômica do País, manteve-se o esforço em prol do desenvolvimento científico e tecnológico. Nesta fase, coerente com as dificuldades financeiras do Estado, esse esforço passou a contar, além das universidades e institutos públicos de pesquisa, com as empresas estatais e privadas. Com isso, as atividades científicas do país ganharam um sentido mais objetivo, voltado à sua aplicação prática. A sua operacionalização deu-se através do Programa de Inovação Tecnológica, criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1982, que deu origem aos Núcleos de Inovações Tecnológicas (NITs).

Em 1984, procurando apoiar as iniciativas voltadas à utilização da ciência e tecnologia geradas no País, o CNPq criou o Programa de Implantação de Parques Tecnológicos. Esses parques se constituíram como instituições e espaços técnico-científicos, organizacionais e administrativos facilitadores da criação de empresas de bases tecnológicas, assim como da realização de pesquisas essenciais para o desenvolvimento econômico e para a implantação e reestruturação de empresas industriais. A partir daquele ano, vários parques tecnológicos foram instalados no País, sobressaindo-se entre estes os dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Paraíba\*.

---

\* No Rio de Janeiro, foram criados três parques, todos em 1986: Pólo de Alta Tecnologia de Jacarepaguá, Pólo de Biotecnologia do Rio de Janeiro e Parque de Alta Tecnologia de Petrópolis. Em São Paulo, foram criados o Parque Tecnológico de São Carlos, em 1984, a Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas, em 1992, além do Centro Técnico Aéreo Espacial (CTA), em São José dos Campos, em funcionamento desde 1949. Em Santa Catarina foi criado, em 1984, o Parque Tecnológico de Florianópolis. No Paraná foi implantado o Centro de Integração Tecnológico do Paraná (CITPAR), em 1985. No Rio Grande do Sul, o Parque Tecnológico de Santa Maria foi criado em 1985 e, em Minas Gerais, o Pólo de Tecnologia de Santa Rita do Sapucaí, em 1986. Atualmente, além desses Parques e Pólos, fazem parte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia mais 12 centros: 3 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro, 2 no Rio Grande do Sul, 2 no Espírito Santo, 1 no Paraná, 1 em Santa Catarina e 1 em Brasília. (BRASIL, 1993 (3); MEDEIROS et al., 1992(24)).

No Nordeste, a Paraíba foi pioneira com a criação do Parque Tecnológico de Campina Grande (PAQTC-PB), em 1984\*. Deve-se, porém, ressaltar que, no estado do Ceará, desde os últimos anos setenta, vinham-se desenvolvendo as condições apropriadas para o que viria a ser, em 1990, o Parque Tecnológico da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza. Em 1978, nascia a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial (NUTEI), implantada através da Secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Ceará e da Universidade Federal do Ceará. Em 1981, passava a funcionar o Núcleo de Inovações Tecnológicas de Fortaleza, vinculado ao CNPq.

A atuação dos parques tecnológicos no Brasil vem sendo de elevada importância, quanto ao cumprimento dos seus objetivos essenciais de sistematizar e estimular a produção de ciência e tecnologia no País e, sobretudo, integrá-la ao desenvolvimento das atividades produtivas. Lamentavelmente, a fase de recessão ou de pouco dinamismo da economia brasileira, nos anos seguintes ao de 1980, impediu o aproveitamento da sua plena capacidade de realização. Esse fato tornou-se mais verdadeiro, tendo em vista que as aludidas dificuldades econômicas do País têm o seu centro básico na longa crise do setor industrial, para onde se voltam, com maior ênfase, as ações daqueles parques. É também evidente que os insuficientes recursos financeiros alocados pelos poderes públicos às instituições de ensino e pesquisa do País, no período de referência, impediram o desempenho de um papel mais conseqüente pelos parques tecnológicos.

Muito provavelmente, os mais baixos índices de progresso econômico alcançados pela Paraíba, no contexto regional, tiveram muito a ver com a importância de alguns aspectos específicos que marcaram a participação do Estado naquela integração econômica nacional.

A Paraíba sofreu as repercussões adversas que foram comuns ao meio rural nordestino, com a maior penetração do capital, elevando o conteúdo capitalista das relações de produção das suas principais atividades agropecuárias. Além disso, as secas e a decadência de importantes culturas agrícolas do Estado impuseram sérios efeitos às condições gerais de produção do seu setor agropecuário. Ao lado de tudo isso, a economia paraibana não conseguiu ter

---

\* Mais precisamente, o PAQTC-PB foi criado em 21.12.84, mediante o esforço conjunto do CNPq, Governo do Estado, Universidade Federal da Paraíba e Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. A partir de então, o seu funcionamento passou a contar com o apoio da Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz Oliveira Júnior (ATECEL) e do Instituto de Tecnologia Eletro-Eletrônica (ITEEL), ambos localizados na cidade de Campina Grande.

um razoável grau de integração na dinâmica da acumulação global de capital produtivo no País, capaz de lhe proporcionar altos níveis de desenvolvimento industrial, como ocorreu com outras economias estaduais da Região.

Não se deve pensar, entretanto, que os resultados históricos recentes da economia paraibana decorreram de suas limitações quanto às dotações de recursos naturais e humanos, ou de outros fatores básicos de produção, no âmbito da nova realidade de ampla integração da economia nacional. Menos ainda, supor que o processo de acumulação de capital com atuação em todo o País reservou, inexoravelmente, uma posição retardatária à Paraíba. O fato grave é que, há bastante tempo, a vida sócio-econômica paraibana padece as conseqüências de uma espécie de "vácuo de elites" políticas, empresariais, intelectuais, trabalhistas, estudantis, etc., realmente comprometidas com o progresso econômico e a modernidade. Isto é muito sério, para quem vive num mundo que, cada vez mais, avança em termos de complexidade dos caminhos que levam ao desenvolvimento.

### 3.1 AS CONDIÇÕES GERAIS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Os atuais itens de composição da grande parte da produção agropecuária da Paraíba vêm de longa data. Os maiores interesses econômicos e comerciais locais concentram-se nas culturas do algodoeiro, cana-de-açúcar, sisal e abacaxi e na pecuária. Vinculada ao desenvolvimento dessas atividades, tem-se a produção alimentar básica da população estadual: arroz, batata, fava, feijão, mandioca e milho.

Entre as marcantes características históricas dessas atividades agropecuárias, destacam-se as seguintes:

- a) organização da produção escassamente incorporada de modernos insumos e tecnologia, além de muito influenciada pelos latifúndios, nas culturas de grande peso comercial e na pecuária, e pelos minifúndios, na produção alimentar de subsistência;
- b) relações sociais de produção impositivas, de elevados níveis de exploração da força de trabalho;
- c) alta dependência dos trabalhadores semicamponeses do difícil acesso à terra, para desenvolver a produção familiar de alimentos básicos;

- d) pequeno contingente de mão-de-obra assalariada, comparado ao dos trabalhadores familiares e parceiros, e irrisórios níveis salariais; e
- e) baixa produtividade das atividades, inclusive as voltadas para os mercados, que sempre encontraram as maiores razões da sua rentabilidade privada na natureza exploradora daquelas relações sociais.

Esse conteúdo sócio-econômico do meio rural paraibano pouco se modificou até a primeira metade da década de setenta. A partir daí, importantes acontecimentos passaram a influenciar a evolução das suas principais atividades agropecuárias, com destaque para os seguintes:

- a) grande expansão da cultura da cana-de-açúcar, favorecida pelo mercado internacional do açúcar e pelo dinamismo do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), criado em 1975;
- b) expressivo avanço da pecuária bovina, apoiado no crédito subsidiado do Governo Federal e no sistema de incentivos fiscais e financeiros da SUDENE; e
- c) contínua decadência das culturas sisaleira e algodoeira decorrente, a desta, da ação da praga do inseto bicudo e dos seus precários níveis organizacionais e de produtividade e, a daquela, um tanto mais, em face das limitações do mercado externo, tradicional comprador de grande parte da sua produção.

Não houve, por outro lado, a introdução de novas culturas e outras atividades agropecuárias de significativa dimensão.

A expansão das atividades da cana-de-açúcar e da pecuária efetivou-se à base de uma considerável elevação do conteúdo capitalista de suas relações sociais de produção. Neste caso, o aumento da parcela dos assalariados no total dos trabalhadores rurais foi passando a coexistir com a redução da posse da terra entre estes, para desenvolver sua produção alimentar de subsistência. Não é por acaso, portanto, que a chamada Zona Canavieira Paraibana tornou-se palco de violentos conflitos pela posse e propriedade da terra, que se arrastam, sem solução\*.

---

\* Essa Zona Canavieira é formada por 31 municípios localizados nas microrregiões Litoral Paraibano, Agropastoril do Baixo Paraíba, Piemonte da Borborema e Brejo Paraibano. Sua área espacial de 6.778 km<sup>2</sup> representa 12,0% do território do Estado e, em 1991, abrigava 18,9% da sua população, conforme Censo Demográfico do Brasil da FIBGE de 1991 (18). Cerca de 98% da produção da cana-de-açúcar da Paraíba é aí efetivada.

A decadência da produção paraibana de algodão, pela natureza de suas relações sócio-econômicas baseadas na propriedade da terra, significou, também, o atrofiamiento de importante sistema de cessão de terras para a produção alimentar de subsistência dos trabalhadores do meio rural. Esse fato tornou-se muito grave, tendo em vista a sua maior concentração nas áreas semi-áridas do Estado.

Além disso, os investimentos públicos efetivados na Paraíba, em modernas estradas e atualizados sistemas de energia elétrica e de telecomunicações, cobrindo quase todo o território estadual, valorizaram muito as terras das zonas rurais. Isto fez aumentar o interesse pela sua apropriação, não só como estoque de reserva em importantes atividades, como as da cana-de-açúcar e pecuária, mas, também, como forma de acumulação de riqueza.

Nessas transformações das atividades agropecuárias paraibanas, destacou-se, como aspecto perverso, a sua capacidade de impor pesados custos sociais e apenas escassos benefícios econômicos. Com efeito, a acentuada desorganização imposta às tradicionais formas de produção no meio rural gerou um enorme excedente de mão-de-obra, e de população de um modo geral, exponenciando o êxodo para as maiores cidades do Estado e a emigração para outras regiões do País, principalmente a Sudeste. A concentração da propriedade fundiária, associada à decadência da cultura algodoeira e à expansão da cultura da cana-de-açúcar e das atividades pecuárias, significou expressiva subtração na disponibilidade de terras para a produção dos alimentos básicos do grosso da população estadual.

No plano estritamente econômico, ao lado dos resultados significativos, no que se refere ao aumento da produção da cana-de-açúcar e ao desempenho das atividades pecuárias, houve acentuada adversidade na produção algodoeira e sisaleira, além de um modesto desempenho na produção de alimentos básicos, no período 1960-92\*. Por tudo isso, a evolução do setor agropecuário paraibano foi insatisfatória. Considerando-se apenas os anos de situação climática normal, constata-se que o PIB real desse setor em 1988, CR\$ 53.304.028.480,00 (US\$ 637,985,118.00), a preços de 1990, representava incrementos de 0,88% a.a. em relação ao de 1977; 1,56% a.a. em relação ao de 1971; 2,69% a.a. em relação ao de 1965 e 2,86% a.a. em relação ao de 1960.

---

\* De 1975 a 1992, a produção paraibana de cana-de-açúcar passou de 1.899.217 t para 7.914.930 t e o rebanho bovino aumentou de 1.163.074 cabeças para 1.319.682. Nesse mesmo período, a produção de algodão caiu drasticamente de 96.377 t para 18.500 t. A produção sisaleira, que alcançou 77.800 t em 1970, não chegou a 51.000 t, em 1992. Os alimentos básicos - arroz, batata-doce, fava, feijão, mandioca e milho - apresentaram uma evolução bastante modesta no volume de sua produção: 528.241 t, em 1975, e 636.038 t, em 1992, com uma taxa média de crescimento de apenas 1,2% a.a.

### 3.2 AS CONDIÇÕES GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS E TERCIÁRIAS

Como parte do processo de crescente aprofundamento da integração nordestina à economia nacional, o setor industrial paraibano vem apresentando uma pequena interligação direta com o centro dinâmico da acumulação de capital no País, localizado na região Sudeste.

A participação industrial da Paraíba naquele processo de integração vem se dando basicamente através da expansão de suas atividades tradicionalmente desenvolvidas em função do mercado nacional. Houve, também, uma razoável implantação de estabelecimentos voltados para os mercados local e regional, antes atendidos por unidades produtoras localizadas nas regiões Sudeste e Sul do País. Com isso, a indústria paraibana manteve a sua histórica concentração nos segmentos produtores de bens de consumo não duráveis (68,1% em 1985) e de bens intermediários (29,6% em 1985), ambos com grande vinculação ao mercado regional, destacadamente com a própria área estadual.

As atividades industriais paraibanas produtoras de modernos insumos, matérias-primas e bens intermediários, integrados às condições de funcionamento e expansão do parque industrial do Sudeste, a partir dos recursos minerais locais, foram inexpressivas, ao contrário do que ocorreu em relação a outros estados nordestinos com melhores dotações desses recursos, a exemplo da Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará. Isto desfavoreceu a economia da Paraíba, quanto à recepção de capital produtivo, notadamente no período 1973-80, no âmbito da implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Como se sabe, nos anos de 1974 a 1980, a dinâmica expansiva da economia brasileira deparou-se com sérios problemas, diante da reversão cíclica de suas forças propulsoras e dos choques dos preços do petróleo, matérias-primas e insumos industriais básicos no mercado internacional\*. A tentativa de contornar as implicações daí decorrentes, deu-se mediante uma forte atuação do Governo Federal, com o II PND, empreendendo diretamente e através das empresas estatais, além de incentivar, financiar e subsidiar os investimentos privados no setor produtivo.

---

\* Esses choques foram liderados pelo impacto dos aumentos do preço do petróleo nos anos de 1973, 1974 e 1979. Nesse último ano, a explosão dos juros internacionais passou a constituir outra fonte exógena de problemas econômicos para o País, tendo em vista o tamanho de sua dívida externa líquida, que em 1980 já equivalia a 28,4% do PIB e 233,0% das exportações anuais.

A estratégia do II PND teve muitos dos seus fundamentos orientados pela busca do fortalecimento do balanço de pagamentos do País, debilitado diante daqueles choques externos. As suas metas implementadas, nas áreas de insumos básicos, matérias-primas e bens intermediários, pautaram-se pelo objetivo de reduzir as importações abastecedoras dos processos produtivos internos. Pretenderam, também, estimular as exportações desses bens de produção e de muitos outros bens industriais de consumo produzidos com o uso deles. Dada a grande dimensão da formação de capital nessas importantes áreas, a execução do Plano trouxe significativa contribuição, no sentido da consolidação da estrutura industrial do País, fortalecendo-a em termos de auto-suficiência.

O aproveitamento dos recursos minerais do País, no âmbito dos objetivos do II PND, possibilitou a efetivação de volumosos investimentos nas indústrias extrativas e de transformação dos estados nordestinos com base suficiente nesses recursos\*. Nesse aspecto, destacaram-se, pela grandeza do capital produtivo que atraíram, os estados da Bahia (petroquímica e metais não-ferrosos), Alagoas (cloroquímica e derivados nas áreas de extração e processamento industrial do sal-gema, dicloroetano e policloreto de vinila), Sergipe (petróleo, amônia-uréia e cloreto de potássio), Rio Grande do Norte (petróleo, barrilha, tungstênio e molibdênio) e Ceará (cobre, urânio e petróleo).

O estado do Maranhão desenvolveu consideráveis vinculações com o Programa Grande Carajás, em implementação no estado do Pará, que tem seus corredores e porto de exportação no território maranhense (Porto de Itaqui, em São Luís). Isto representou a realização de pesados investimentos em modernos e complexos meios de transporte ferroviário e marítimo, além da criação de toda uma base própria ao florescimento de atividades industriais na área metalúrgica da economia daquele estado, a partir da oferta de minerais do citado programa. Desde os primeiros anos oitenta, a indústria dessa economia vem-se destacando como detentora dos maiores empreendimentos do País, no ramo de alumínio e alumínia.

Na Paraíba, dada a sua modesta dotação de recursos minerais exploráveis, segundo os objetivos do II PND, os empreendimentos efetivados no setor industrial tiveram diminuta integração com a estrutura produtiva do

---

\* Favoreceu bastante a implementação dessa ação do II PND, a nova realidade dos preços do petróleo e das matérias-primas básicas no mercado internacional, a partir de 1974. Isto possibilitou um considerável aumento no nível da exploração e industrialização do potencial de recursos minerais do Brasil, em função da viabilidade econômica adquirida.

País. Nesse sentido, os investimentos mais importantes realizados resultaram apenas na implantação de pequenas e médias empresas beneficiadoras de bentonita, rutilo, titânio e caulim. Possibilitaram, também, o maior uso de argila e calcário na crescente produção de cimento.

Não se pode, também, dizer que a economia paraibana vem sendo receptora de grandes investimentos industriais em estabelecimentos produtores de bens de origem não-mineral para o mercado nacional, que sabidamente, na sua grande parte, se situam nas regiões mais ricas do País. As evidências mais importantes nessa área concentraram-se nos gêneros de indústria de papel e papelão, têxtil, vestuário e calçados (fábricas de fios sintéticos, roupas, calçados, toalhas e peças de cama e mesa) e no ramo de utensílios domésticos de metalurgia\*.

Como se pode deduzir, diferente da maioria dos estados nordestinos, a Paraíba vem tendo a dinâmica expansiva do seu setor industrial relativamente pouco estimulada pelos vínculos de sua integração com o processo nacional de acumulação de capital, principalmente com o centro de sua estrutura produtiva, localizado no Sudeste. Isto, certamente, muito influenciou nos baixos índices de desenvolvimento industrial alcançados pela Paraíba, no período 1960-92, comparados com os de outras economias estaduais da Região. Ao depender em elevada proporção do próprio mercado local, a economia paraibana teve limitadas possibilidades de industrialização. Um tanto mais, levando-se em conta a pequena dimensão dessa economia e o seu modesto ritmo expansivo, em face do considerável peso de suas atividades agropecuárias, muito sujeitas aos freqüentes estragos das secas.

Não se pode, porém, deixar de ressaltar a importância que passou a ter na economia paraibana, a partir dos primeiros anos sessenta, a formação de capital sócio-econômico básico, originada de suas interligações com o processo de acumulação de capital no País. Nesse aspecto, o estado da Paraíba, como todo o Nordeste, foi bastante beneficiado pela nova política do Governo Federal para a região no período pós-SUDENE, permitindo-lhe avançar em termos de aquisição de infra-estrutura econômica e serviços urbanos essenciais.

---

\* Vale registrar que dois dos maiores empreendimentos industriais realizados no Estado, um produtor de fios sintéticos e outro de fogões, após concluídos operaram poucos anos, encontrando-se paralisados há cerca de dezoito anos.

No campo da energia elétrica, a Paraíba conseguiu notável progresso. Claramente, foi bastante significativa a expansão de linhas de transmissão e redes de distribuição no território estadual, inclusive no meio rural, a partir do sistema de geração da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que abastece quase todo o Nordeste.

Até a primeira metade dos anos oitenta, o sistema de energia elétrica do Nordeste garantiu uma suficiente dotação desse serviço básico. Nos anos seguintes, sua capacidade instalada de produção passou a apresentar sérios problemas, ainda não plenamente solucionados, em face do não cumprimento do cronograma de implantação das novas unidades hidrelétricas programadas e da conclusão de outras em andamento. Tudo por falta de alocação de recursos financeiros pelo Governo Federal às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), seu grupo empresarial que comanda o setor energético do País.

A unidade hidrelétrica de Itaparica, nos estados de Pernambuco e Bahia, com capacidade de 1.500 MW, cerca de um quinto da atual capacidade de produção de energia elétrica da Região, que tinha seu início de operação previsto para 1986, só começou a funcionar em 1988. A hidrelétrica de Xingó, nos estados de Alagoas e Sergipe, com capacidade de 3.100 MW, programada para entrar em atividade de 1988 a 1989, encontra-se com suas obras bastante atrasadas. As novas previsões são de que, mesmo que esse projeto venha a ter suficientes fontes de financiamento, somente em 1995 se poderá contar com uma substancial oferta de energia a partir de suas unidades geradoras, da ordem de 1.154 MW.

No que se refere ao setor de transporte, pode-se dizer que a Paraíba alcançou completa integração com o resto do País, através de modernas rodovias. Além disso, implantou um amplo sistema rodoviário interno, com razoável índice de asfaltamento. No que diz respeito aos transportes aéreos, incorporou, também, considerável melhoria e expansão dos equipamentos básicos do sistema de tráfego. As estruturas de transporte portuário e ferroviário foram as únicas que não apresentaram progresso no Estado, como de resto em quase todo o Nordeste.

Nas telecomunicações, a Paraíba acumulou grande progresso, como integrante do complexo e atualizado sistema nacional desse serviço, liderado pelo grupo empresarial estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRÁS), que levou o Brasil a um elevado padrão de modernidade, nessa área.

O Estado já se comunica com todo o País e o mundo pelos mais sofisticados equipamentos, com destaque para o sistema telefônico de discagem direta, a nível nacional e internacional (DDD e DDI). No âmbito estadual, alcançou, também, uma razoável interiorização e difusão do uso desse moderno serviço.

Nos segmentos do setor de serviços, cujos empreendimentos são típicos da iniciativa privada, a economia paraibana conseguiu notório avanço, principalmente no período pós-1967, quando a economia nacional, em fase de grande expansão modernizante, progrediu bastante nesse sentido. Dois desses segmentos que muito se desenvolveram na Paraíba foram o do comércio e o das instituições do sistema creditício-financeiro. A rede comercial do Estado transformou-se significativamente, em termos de tamanho dos estabelecimentos, diversificação e dimensão econômica das empresas, além de atrair empreendimentos dos grandes capitais comerciais atuantes no Brasil. Na área financeira, a economia estadual passou a integrar, de modo pleno, o moderno sistema bancário e creditício-financeiro que abrange todo o território nacional. Há alguns anos, o Estado já conta com instituições filiais dos grupos financeiros privados líderes no País, assim como dos bancos oficiais, embora com seu centro hegemônico no Sudeste.

As transformações ocorridas nos setores industrial e de serviços da economia paraibana, no período pós-1960, de apreciável conteúdo modernizante, se fizeram refletir na composição dos seus respectivos PIBs, notadamente no que se refere à participação dos seus segmentos mais representativos.

Analisando-se os dados da TABELA 5, pode-se constatar que foi altamente decrescente a contribuição do setor agropecuário na formação do PIB paraibano, no período 1960-90, de 44,71% para 12,93%. No Nordeste, no mesmo período, a queda dessa contribuição foi de 30,4% para 12,2% e, no Brasil, de 17,76% para 9,29%. Por outro lado, o setor industrial paraibano, após elevar sua participação no PIB estadual de 18,8% em 1960, para 28,6% em 1970 e 25,5% em 1975, apresentou notória tendência à queda, nos anos oitenta, passando a ser de 24,8% em 1980 e 24,3% em 1985, voltando a crescer para 28,3% em 1990. Na economia nordestina, o setor industrial apresentou a seguinte evolução de sua participação no PIB total: 22,1% em 1960, 27,4% em 1970, 27,6% em 1975, 29,4% em 1980, 30,2% em 1985 e 29,3% em 1990. Para a economia brasileira como um todo, que adquiriu uma dimensão industrial bem maior, essas participações do setor secundário no PIB global foram: 32,2%; 35,8%; 40,5%; 41,0%; 40,1% e 34,3%, respectivamente, nos mesmos anos.

TABELA 5  
Estado da Paraíba  
Indicadores de Transformação da Estrutura Econômica  
1960-90

| Setores Econômicos<br>e Segmentos   | Participação na Formação do PIB (em %) |       |       |       |       |       |
|-------------------------------------|--|-------|-------|-------|-------|-------|
|                                     | 1960                                   | 1970  | 1975  | 1980  | 1985  | 1990  |
| AGROPECUÁRIA                        | 44,7                                   | 23,9  | 28,6  | 16,4  | 20,7  | 12,9  |
| INDÚSTRIA                           | 18,2                                   | 28,6  | 25,5  | 24,8  | 24,3  | 28,3  |
| Extrativa Mineral                   | --                                     | 0,5   | 0,6   | 0,8   | 0,4   | 0,7   |
| Transformação                       | --                                     | 45,1  | 66,3  | 68,5  | 55,6  | 77,4  |
| Serv. Indust. Energ. e Abast.d'Água | --                                     | 5,3   | 6,8   | 5,2   | 5,2   | 6,3   |
| Construção Civil                    | --                                     | 49,1  | 26,3  | 25,5  | 38,8  | 15,6  |
| SERVIÇOS                            | 37,1                                   | 47,5  | 45,9  | 58,8  | 55,0  | 58,8  |
| Comércio                            | --                                     | 25,5  | 26,1  | 28,8  | 28,8  | 32,6  |
| Transp. Armaz. e Comunicações       | --                                     | 7,0   | 7,7   | 7,1   | 8,1   | 5,1   |
| Instituições Financeiras            | --                                     | 5,6   | 7,4   | 9,6   | 15,5  | 10,7  |
| TOTAL                               | 100,0                                  | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1971:91-114 (7); SUDENE, 1994(33); FIBGE, 1987(14).

NOTA: Percentuais dos segmentos em relação aos respectivos PIBs setoriais e os destes em relação ao PIB global.

Na formação do PIB do setor industrial paraibano, verifica-se que o peso da indústria de transformação apresentou uma tendência expressivamente crescente: 45,1% em 1970, 66,3% em 1975, 68,5% em 1980, 55,6% em 1985 e 77,4% em 1990. A participação do segmento dos serviços industriais de utilidade pública (energia e abastecimento d'água) passou de 5,3% em 1970, para 6,8% em 1975, 5,2% em 1980, 5,2% em 1985 e 6,3% em 1990. Para o segmento da construção civil, essa taxa de participação apresentou enorme declínio: 49,1% em 1970, 26,3% em 1975, 25,5% em 1980, 38,8% em 1985 e 15,6% em 1990, enquanto a indústria extrativa sempre foi insignificante, nos anos considerados.

No setor de serviços, os segmentos do comércio, transportes, armazenagem, comunicações e das instituições financeiras, que muito se expandiram e se modernizaram, sob os efeitos da maior integração da economia do Estado no cenário nacional, elevaram seus percentuais na participação do PIB setorial. O primeiro passou de 25,5% em 1970 para 26,1% em 1975, 28,8% em 1980, 28,8% em 1985 e 32,6% em 1990. No segundo, o aumento dessa participação foi mais modesto: de 7,0% em 1970 para algo em torno de 7,5% nos demais anos referidos, à exceção de 1990, quando decresceu para 5,1%. As instituições financeiras passaram de uma contribuição de 5,6% na formação do PIB do setor, em 1970, para 7,4%, em 1975, e para níveis superiores a 9,0% nos anos de 1980, 1985 e 1990.

#### **4. O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA PARAIBANA**

No item anterior, analisou-se a evolução da economia paraibana no período 1960-92, buscando apreender as suas determinações e inter-relações no processo de acumulação de capital em curso no País e os efeitos deste no Nordeste. Pela ênfase dada aos aspectos ligados às repercussões espaciais no plano das relações sociais e das condições técnico-materiais de produção, deixou-se um tanto de lado a análise mais detalhada dos resultados alcançados.

Neste item, estuda-se com especial atenção o desempenho total e setorial da economia paraibana, comparado aos das economias dos demais estados nordestinos, Nordeste e Brasil. Coerente com essa orientação, investigam-se os aspectos mais explícitos da realidade sócio-econômica da Paraíba, inclusive alguns importantes efeitos das secas.

#### 4.1 O FRACO DESEMPENHO DA DÉCADA DE SESSENTA

Nos anos sessenta, a economia paraibana sofreu severa involução relativa no cenário regional. O seu PIB, que em 1960 era de CR\$ 84.888.110.510,00 (US\$ 1,016,008,597.00), a preços de 1990, aumentou para CR\$ 100.728.480.354,00 (US\$ 1,205,598,774.00) em 1970, apresentando uma modesta taxa de incremento 18,66% (1,73% a.a.). É verdade que aí pesaram muito os efeitos da grande seca de 1970. Mas, no quinquênio 1960-65, sem a ocorrência desse inconveniente climático, a elevação do PIB estadual foi de 22,43% (4,13% a.a.), quando a da economia nordestina foi de 26,12% (4,75% a.a.) e a da economia brasileira, 23,31% (4,28% a.a.), apesar da enorme crise enfrentada por esta no período (TABELA 6).

Outras economias estaduais nordestinas duramente afetadas pela seca de 1970, como as do Piauí, Ceará e Pernambuco, acumularam altos incrementos reais nos seus PIBs, no decênio 1960/70: 49,60% (4,11% a.a.), 45,34% (3,81% a.a.) e 48,59% (4,04% a.a.), respectivamente. Para o PIB real da economia nordestina, esse incremento foi 41,47% (3,53% a.a.) e, para o da economia brasileira, de 81,98% (6,17% a.a.), em que já se refletiam os efeitos dos três primeiros anos da fase do "milagre brasileiro", 1967-73. Com isso, a economia da Paraíba, que em 1960 era a quarta maior do Nordeste, representando 8,92% do seu PIB, só conseguia manter precariamente essa posição, já que a sua participação no PIB regional caiu para 8,47% em 1965, e 7,38% em 1970.

Nesses difíceis anos sessenta, as economias estaduais do Nordeste que apresentaram os melhores resultados, quanto ao crescimento do PIB, foram as do Maranhão 52,64% (4,32% a.a.), Piauí 49,60% (4,11% a.a.), Bahia 48,74% (4,05% a.a.) e Pernambuco 48,59% (4,04% a.a.). Todas elas aumentaram a taxa de participação no PIB regional, de 1960 para 1970. A primeira de 5,31% para 5,65%, a segunda de 3,14% para 3,27%, a terceira 36,03% para 37,37% e a quarta de 20,83% para 21,58%.

Analisando-se o comportamento setorial da economia da Paraíba, no período 1960/70, a partir dos dados da TABELA 7, constata-se que o seu setor agropecuário teve o PIB real decrescendo 10,47% (1,1% a.a.). Esta foi a segunda menor taxa a nível regional. No total do Nordeste, esse PIB setorial chegou a crescer 5,53% (0,54% a.a.). O seu setor industrial foi o que apresentou o melhor desempenho, com o seu PIB real crescendo 95,98% (6,96% a.a.). A expansão do PIB industrial nordestino, no decênio em análise, foi de 111,5% (7,78% a.a.) e a do PIB industrial brasileiro, 90,37% (6,65% a.a.). O crescimento do PIB do setor terciário paraibano, 58,0% (4,68% a.a.), embora inferior ao apresentado por esse PIB regional, 77,91% (5,93% a.a.), foi superior ao nacional, 49,74% (4,12% a.a.).

TABELA 6  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Evolução do Produto Interno Bruto Real  
1960-1965-1970

| Estados<br>Região<br>País | Produto Interno Bruto (a preços de 1990) |       |                   |       |                    |       | Taxas Médias de<br>Crescimento (em % a.a.) |               |               |
|---------------------------|--|-------|-------------------|-------|--------------------|-------|--|---------------|---------------|
|                           | 1960                                     |       | 1965              |       | 1970               |       | 1960/<br>1965                              | 1965/<br>1970 | 1960/<br>1970 |
|                           | Em CR\$ 1,00                             | %     | Em CR\$ 1,00      | %     | Em CR\$ 1,00       | %     |  |               |               |
| MA                        | 50.522.827.978                           | 5,31  | 62.914.319.984    | 5,13  | 77.097.956.802     | 5,65  | 4,48                                       | 4,15          | 4,32          |
| PI                        | 29.871.720.495                           | 3,14  | 42.355.891.670    | 3,45  | 44.672.197.497     | 3,27  | 7,23                                       | 1,07          | 4,11          |
| CE                        | 114.665.972.370                          | 12,04 | 158.648.754.880   | 12,93 | 166.613.239.776    | 12,21 | 6,71                                       | 0,98          | 3,81          |
| RN                        | 44.735.136.710                           | 4,70  | 55.786.076.793    | 4,55  | 54.819.816.004     | 4,02  | 4,51                                       | -0,35         | 2,05          |
| PB                        | 84.888.110.510                           | 8,92  | 103.916.540.596   | 8,47  | 100.728.480.354    | 7,38  | 4,13                                       | -0,62         | 1,73          |
| PE                        | 198.334.947.152                          | 20,83 | 269.570.996.394   | 21,97 | 294.651.308.968    | 21,59 | 6,33                                       | 1,80          | 4,04          |
| AL                        | 53.813.655.014                           | 5,65  | 62.993.522.542    | 5,13  | 70.859.104.406     | 5,19  | 3,20                                       | 2,38          | 2,79          |
| SE                        | 32.153.001.659                           | 3,38  | 39.113.917.505    | 3,19  | 45.442.364.690     | 3,33  | 4,00                                       | 3,04          | 3,52          |
| BA                        | 343.049.692.555                          | 36,03 | 431.508.698.643   | 35,17 | 510.112.762.360    | 37,37 | 4,70                                       | 3,40          | 4,06          |
| NE                        | 1.149.227.873.950                        | 17,05 | 1.449.679.943.940 | 17,44 | 1.626.194.985.410  | 13,26 | 4,75                                       | 2,32          | 3,53          |
| BR                        | 6.739.497.590.312                        | --    | 8.310.612.414.871 | --    | 12.264.524.059.001 | --    | 4,28                                       | 8,09          | 6,17          |

FONTE: FGV, 1971:91-114(7); FIBGE, 1987(14), 1989(15); SUDENE, 1994(33).

NOTAS: Os PIBs estaduais de 1960 e 1965 não são integralmente os apresentados pela FGV (1971). Os seus valores nominais foram complementados e ajustados, a partir dos valores dos PIBs do Nordeste daqueles anos.

Os valores foram inflacionados com base nos deflatores dos respectivos PIBs.

Os percentuais dos PIBs estaduais são em relação ao somatório de suas parcelas e os do PIB do Nordeste em relação ao PIB do Brasil.

TABELA 7  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Taxas Setoriais de Crescimento do Pib Real (em % a.a.)  
1960-70

| Estados<br>Região | Agropecuário |         |         | Industrial |         |         | Serviços |         |         |         |
|-------------------|--------------|---------|---------|------------|---------|---------|----------|---------|---------|---------|
|                   | País         | 1960/65 | 1965/70 | 1960/70    | 1960/65 | 1965/70 | 1960/70  | 1960/65 | 1965/70 | 1960/70 |
| MA                |              | 3,54    | 3,01    | 3,27       | 6,49    | 8,94    | 7,71     | 5,21    | 5,58    | 5,40    |
| PI                |              | 8,91    | -5,04   | 1,70       | 8,74    | 7,69    | 7,21     | 6,46    | 6,71    | 6,58    |
| CE                |              | 6,09    | -6,97   | -0,65      | 9,95    | 9,93    | 9,94     | 6,85    | 5,09    | 5,97    |
| RN                |              | 3,95    | -7,00   | -1,68      | 6,63    | 7,91    | 7,27     | 5,74    | 5,61    | 5,67    |
| PB                |              | 3,66    | -5,64   | -1,10      | 5,27    | 8,68    | 6,96     | 5,63    | 3,74    | 4,68    |
| PE                |              | 4,95    | -3,46   | 0,66       | 9,26    | 10,42   | 9,84     | 7,88    | 7,11    | 7,49    |
| AL                |              | 2,14    | -2,22   | -0,06      | 4,76    | 11,03   | 7,85     | 4,59    | 5,63    | 5,11    |
| SE                |              | 2,80    | -1,31   | 0,73       | 6,98    | 8,27    | 7,62     | 4,94    | 5,22    | 5,08    |
| BA                |              | 3,73    | 1,10    | 2,41       | 4,64    | 10,30   | 7,44     | 6,77    | 6,94    | 6,85    |
| NE                |              | 3,40    | -2,24   | 0,54       | 5,52    | 10,10   | 7,78     | 5,72    | 6,13    | 5,93    |
| BR                |              | 5,74    | 0,42    | 3,04       | 3,67    | 9,72    | 6,65     | 4,21    | 4,04    | 4,12    |

FONTE: FGV, 1971:91-114(7); FIBGE, 1989(15); SUDENE, 1994(33).

NOTAS: As taxas setoriais têm por base os valores ajustados dos correspondentes PIBs dos anos de 1960 e 1965, apresentados pela FGV (1971)(7).

Os valores reais que dão suporte ao cálculo das taxas foram obtidos através dos deflatores implícitos dos respectivos PIBs setoriais, tendo o ano de 1990 como base.

## 4.2 OS RESULTADOS DA DÉCADA DE SETENTA

De 1970 para 1980, o PIB da economia paraibana, a preços de 1990, evoluiu de CR\$ 100.728.480.354,00 (US\$ 1,205,598,774.00) para CR\$ 188.278.861.029,00 (US\$ 2,253,471,544.00). A taxa de crescimento aí implícita, 86,92% (6,45% a.a.), foi a mais baixa, comparada às dos demais PIBs estaduais da Região. Contribuíram para esse desempenho inferior, os efeitos da seca do ano de 1980, apenando bastante as atividades agropecuárias do Estado. A taxa de incremento do PIB global nordestino na década foi de 130,95% (8,73% a.a.) e a do PIB brasileiro, 129,77% (8,67% a.a.) (TABELA 8).

Analisando-se adequadamente esse já relativamente modesto desempenho da economia paraibana, constata-se que ele mascara a evidência de mais uma década de insucesso. De fato, aquela taxa de crescimento do seu PIB de 6,45% a.a., no período 1970-80, encontra suas maiores explicações na pequena dimensão a que fora reduzido esse agregado econômico no ano de 1970, que serve de base de cálculo.

Considerando-se os anos setenta normais, nos quais a produção agropecuária não sofreu os estragos das secas e, portanto, o PIB estadual não recebeu grandes impactos negativos, evidencia-se a inexpressividade dos resultados da economia paraibana. A elevação do seu PIB real foi de apenas 1,0% (0,2% a.a.), no período 1971-75, 25,22% (5,78% a.a.), no período 1975-79 e 26,45% (2,98% a.a.) no período 1971-79. As economias do Ceará e Rio Grande do Norte, que foram mais afetadas pelas secas de 1979 e 1980 do que a da Paraíba, apresentaram taxas de crescimento dos PIBs bem superiores, nos oito anos considerados: 46,21% (4,86% a.a.) e 54,11% (5,56% a.a.), respectivamente\*. O PIB real da economia nordestina aumentou 79,01% (7,55% a.a.) e o da economia brasileira, 88,41% (8,21% a.a.), no mesmo período.

Com tais resultados, embora a economia paraibana permanecesse como a quarta maior do Nordeste, ratificava aquela tendência decrescente da sua participação no PIB regional: 7,23% em 1975 e 5,81% em 1980. Enquanto isso, as economias do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe aumentaram razoavelmente essa participação. A primeira, de 12,26% para 14,41%; a segunda, de 3,98% para 4,51% e a terceira, de 3,31% para 3,71%.

---

\* Os efeitos da seca de 1979 foram mais danosos em relação às economias do Rio Grande do Norte e do Ceará, que tiveram os seus PIBs agropecuários decrescendo em 42,8% e 30,4%, respectivamente, em termos reais. Em 1980, a pecuária paraibana foi a mais prejudicada pela seca. O seu PIB real diminuiu em -40,7% provocando uma queda de 13,6% no PIB global do Estado (TABELA 14).

TABELA 8  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Evolução do Produto Interno Bruto Real  
1970-1975-1980

| Estados<br>Região<br>País | Produto Interno Bruto (a preços de 1990) |       |                    |       | Taxas Médias de<br>Crescimento (em % a.a.) |               |               |
|---------------------------|--|-------|--------------------|-------|--|---------------|---------------|
|                           | 1975                                     |       | 1980               |       | 1970/<br>1975                              | 1975/<br>1980 | 1970/<br>1980 |
|                           | Em CR\$ 1,00                             | %     | Em CR\$ 1,00       | %     |  |               |               |
| MA                        | 110.489.612.406                          | 4,59  | 187.587.569.208    | 5,79  | 7,46                                       | 11,17         | 9,30          |
| PI                        | 73.249.983.017                           | 3,05  | 109.491.216.250    | 3,38  | 10,40                                      | 8,37          | 9,38          |
| CE                        | 294.956.496.051                          | 12,26 | 466.704.341.172    | 14,41 | 12,10                                      | 9,61          | 10,85         |
| RN                        | 95.605.931.569                           | 3,98  | 146.187.281.506    | 4,51  | 11,77                                      | 8,86          | 10,31         |
| PB                        | 173.968.464.264                          | 7,23  | 188.278.861.029    | 5,81  | 11,55                                      | 1,59          | 6,45          |
| PE                        | 486.609.121.477                          | 20,23 | 671.186.102.313    | 20,72 | 10,55                                      | 6,64          | 8,58          |
| AL                        | 129.235.057.282                          | 5,37  | 168.714.088.119    | 5,21  | 12,77                                      | 5,48          | 9,06          |
| SE                        | 79.706.327.145                           | 3,31  | 120.219.814.526    | 3,71  | 11,89                                      | 8,57          | 10,22         |
| BA                        | 961.185.835.514                          | 39,97 | 1.180.817.802.706  | 36,45 | 13,51                                      | 4,20          | 8,76          |
| NE                        | 2.647.730.208.650                        | 13,35 | 3.755.642.449.390  | 13,33 | 10,24                                      | 7,24          | 8,73          |
| BR                        | 19.834.339.506.925                       | --    | 28.179.998.991.337 | --    | 10,09                                      | 7,28          | 8,67          |

FONTE: FGV, 1993:49-60(11); FIBGE, 1989(15); SUDENE, 1994(33).

NOTAS: Valores inflacionados com base nos deflatores implícitos dos respectivos PIBs.

Percentuais dos PIBs estaduais em relação ao somatório de suas parcelas e os do PIB do Nordeste em relação ao PIB do Brasil.

Examinando-se a TABELA 9, vê-se que o desempenho relativamente inferior da economia paraibana, no período 1970-80, não decorreu apenas do insucesso do seu setor agropecuário, que apresentou a menor taxa de crescimento do PIB real, 14,0% (1,32% a.a.), muito distante das taxas alcançadas por esse PIB regional, 69,2% (5,40% a.a.) e pelo nacional, 58,3% (4,70% a.a.). O PIB real do seu setor industrial foi, também, o que menos se expandiu na Região, nos anos de referência, 107,5% (7,57% a.a.), enquanto que para o PIB industrial nordestino esse incremento real foi da ordem de 138,7% (9,09% a.a.) e para o brasileiro 143,3% (9,30% a.a.). No setor serviços, a expansão do PIB real paraibano, de 153,1% (9,73% a.a.), foi uma das mais baixas, superando apenas à desse PIB setorial pernambucano, que foi de 123,2% (8,36% a.a.). O PIB real do setor de serviços do Nordeste cresceu 165,3% (10,25% a.a.) e o do Brasil, 145,3% (9,39% a.a.).

As economias do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí, que tiveram suas atividades agropecuárias muito prejudicadas pelas secas de 1979 e 1980, conseguiram no dinamismo dos seus setores industriais significativo suporte à obtenção de elevadas taxas médias de crescimento de seus PIBs globais, nos anos setenta. Algo semelhante ocorreu com as economias da Bahia, Sergipe e Alagoas, cujas atividades industriais foram dinamizadas através de sua integração à estrutura produtiva do Sudeste do País, como produtoras de matérias-primas e insumos, a partir de suas disponibilidades de recursos minerais.

#### 4.3 A CONTINUIDADE DA REGRESSÃO NOS ANOS OITENTA

Na década 1980-90, a economia da Paraíba, mesmo tendo apresentado um crescimento superior ao das economias do Nordeste e do Brasil, tornou-se uma das cinco menores da Região, ao lado das dos estados do Piauí, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte. Assim como as economias nordestina e brasileira, a paraibana, também, teve os piores resultados do decênio nos subperíodos 1980-83 e 1987-90. Nesses triênios, além dos inconvenientes da crise geral da economia nacional, o Nordeste sofreu os efeitos de pesadas secas.

No triênio 1980-83, de profunda crise e recessão da economia brasileira e continuidade dos rigores da seca iniciada em 1979 no Nordeste, o incremento do PIB real paraibano foi de 8,20% (2,66% a.a.) e o do PIB regional, 5,50% (1,80% a.a.). O PIB nacional decresceu 7,20% (2,48% a.a.) (TABELA 10).

TABELA 9  
 Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
 Taxas Setoriais de Crescimento do Pib Real (em % a.a.)  
 1970-80

| Estados<br>Região<br>País | Agropecuário |         |         | Industrial |         |         | Serviços |         |         |
|---------------------------|--------------|---------|---------|------------|---------|---------|----------|---------|---------|
|                           | 1970/75      | 1975/80 | 1970/80 | 1970/75    | 1975/80 | 1970/80 | 1970/75  | 1975/80 | 1970/80 |
| MA                        | 6,22         | 9,03    | 7,62    | 4,50       | 12,22   | 8,29    | 10,60    | 13,41   | 12,00   |
| PI                        | 8,96         | 2,59    | 5,73    | 6,61       | 12,78   | 9,65    | 12,38    | 10,61   | 11,49   |
| CE                        | 14,98        | -1,03   | 6,68    | 12,81      | 17,06   | 14,92   | 8,65     | 13,03   | 10,82   |
| RN                        | 11,11        | 0,36    | 5,60    | 14,35      | 17,95   | 16,14   | 10,27    | 10,28   | 10,28   |
| PB                        | 13,23        | -9,33   | 1,32    | 6,46       | 8,70    | 7,57    | 9,79     | 9,68    | 9,73    |
| PE                        | 9,32         | 2,87    | 6,05    | 13,81      | 7,61    | 10,66   | 9,52     | 7,21    | 8,36    |
| AL                        | 14,20        | -0,20   | 6,76    | 10,39      | 7,96    | 9,17    | 12,39    | 8,73    | 10,54   |
| SE                        | 7,89         | 2,02    | 4,91    | 15,84      | 11,51   | 13,66   | 11,73    | 9,61    | 10,66   |
| BA                        | 13,11        | -3,96   | 4,23    | 13,91      | 7,33    | 10,57   | 12,99    | 8,93    | 10,94   |
| NE                        | 10,53        | 0,51    | 5,40    | 7,66       | 10,54   | 9,09    | 10,71    | 9,79    | 10,25   |
| BR                        | 4,36         | 5,03    | 4,70    | 11,20      | 7,44    | 9,30    | 10,99    | 7,82    | 9,39    |

FONTES: FGV, 1993:49-60<sup>(11)</sup>; FIBGE, 1989<sup>(15)</sup>; SUDENE, 1994<sup>(33)</sup>.

NOTA: Os valores reais que dão suporte ao cálculo das taxas foram obtidos através dos deflatores implícitos dos respectivos PIBs setoriais, tendo o ano de 1990 como base.

TABELA 10  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Evolução do Produto Interno Bruto Real  
1980-1983-1987

| Estados<br>Região<br>País | Produto Interno Bruto (a preços de 1990) |       |                    |       | Taxas Médias de<br>Crescimento (em % a.a.) |               |               |
|---------------------------|--|-------|--------------------|-------|--|---------------|---------------|
|                           | 1983                                     |       | 1987               |       | 1980/<br>1983                              | 1983/<br>1987 | 1980/<br>1987 |
|                           | Em CR\$ 1,00                             | %     | Em CR\$ 1,00       | %     |  |               |               |
| MA                        | 213.100.197.724                          | 5,99  | 370.860.515.421    | 7,59  | 4,34                                       | 14,86         | 10,23         |
| PI                        | 110.805.563.933                          | 3,12  | 179.346.940.316    | 3,67  | 0,40                                       | 12,79         | 7,30          |
| CE                        | 530.642.975.926                          | 14,92 | 727.125.311.038    | 14,89 | 4,37                                       | 8,19          | 6,54          |
| RN                        | 167.238.661.287                          | 4,70  | 291.936.787.175    | 5,98  | 4,59                                       | 14,94         | 10,39         |
| PB                        | 203.717.376.663                          | 5,73  | 285.806.826.369    | 5,85  | 2,66                                       | 8,83          | 6,14          |
| PE                        | 643.667.520.281                          | 18,10 | 852.405.788.048    | 17,46 | -1,39                                      | 7,27          | 3,47          |
| AL                        | 217.808.937.789                          | 6,12  | 298.624.380.969    | 6,12  | 8,89                                       | 8,21          | 8,50          |
| SE                        | 135.607.225.585                          | 3,81  | 178.886.429.912    | 3,66  | 4,10                                       | 7,17          | 5,84          |
| BA                        | 1.334.324.597.429                        | 37,51 | 1.698.016.048.328  | 34,77 | 4,16                                       | 6,21          | 5,33          |
| NE                        | 3.962.201.969.986                        | 15,16 | 5.272.921.898.039  | 15,93 | 1,80                                       | 7,41          | 4,97          |
| BR                        | 26.133.836.815.580                       | --    | 33.093.957.048.380 | --    | -2,48                                      | 6,08          | 2,32          |

FONTES: FGV, 1993:49-60(11); SUDENE, 1994(33).

NOTAS: Valores inflacionados com base nos deflatores implícitos dos respectivos PIBs.

Percentuais dos PIBs estaduais em relação ao somatório de suas parcelas e os do PIB do Nordeste em relação ao PIB do Brasil.

O quadriênio 1983-87 foi marcado pela elevada expansão da economia do País, até o ano de 1986, e pela sua violenta desaceleração em 1987. Nesse período, com os infortúnios das secas só aparecendo no último ano, o PIB real da economia paraibana cresceu 40,30% (8,83% a.a.), quando o incremento do PIB da economia regional foi de 33,10% (7,41% a.a.) e o da economia nacional, 26,63% (6,08% a.a.).

Esses elevados níveis de crescimento da economia paraibana, longe de traduzir melhorias substanciais nas suas condições gerais de produção, encontram suas explicações nos seguintes fatos:

- a) a considerável queda de 13,6% do PIB estadual no decorrer do ano de 1980, reduzindo anormalmente a base de cálculo de seus incrementos nos anos seguintes;
- b) os menores efeitos das secas do período 1980-83 sobre o Estado que chegou a ter o seu PIB agropecuário crescendo 9,81% (3,17% a.a.), comparados àqueles impostos aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, onde esse PIB setorial foi decrescente em 59,40% (25,95% a.a.), 53,50% (22,53% a.a.) e 51,7% (21,54% a.a.), respectivamente\*.

Com efeito, nos sete primeiros anos oitenta, a economia da Paraíba passou da quarta para a sétima maior do Nordeste, superando apenas as do Piauí e Sergipe. As economias do Maranhão, Rio Grande do Norte e Alagoas tornaram-se detentoras, respectivamente, dos quarto, quinto e sexto maiores PIBs estaduais da Região.

Os resultados setoriais da economia paraibana sugerem que, no período 1980-87, os seus índices globais de crescimento foram fortemente influenciados pela *performance* dos setores agropecuário e de serviços. Os seus PIBs reais cresceram às taxas de 70,05% (7,88% a.a.) e 54,79% (6,44% a.a.), respectivamente. A primeira foi bastante superior às desses setores na Região e no País como um todo. O seu setor industrial apresentou o mais fraco resultado, com o seu PIB real crescendo 29,22% (3,73% a.a.), no aludido período. O PIB do setor industrial nordestino se expandiu a uma taxa ainda

---

\* Com a grande seca de 1987, que se estendeu sobre todo o Nordeste, o PIB real da agropecuária paraibana sofreu uma queda de 30,5%. Mas foram os setores agropecuários dos estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe os mais prejudicados, com o PIB real agropecuário do primeiro caindo 34,5% e o do segundo, 37,0% (TABELA 14).

mais baixa, 17,42% (2,32% a.a.), em face dos precários desempenhos industriais de Pernambuco e da Bahia. A indústria nacional também teve o seu PIB crescendo irrisoriamente, à taxa média de 11,83% (1,61% a.a.) (TABELA 11).

**TABELA 11**  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Taxas Setoriais de Crescimento do Pib Real (em % a.a.)  
1980-87

| Estados<br>Região | Agropecuário |         |         | Industrial |         |         | Serviços |         |         |
|-------------------|--------------|---------|---------|------------|---------|---------|----------|---------|---------|
|                   | 1980/83      | 1983/87 | 1980/87 | 1980/83    | 1983/87 | 1980/87 | 1980/83  | 1983/87 | 1980/87 |
| MA                | -10,91       | 2,42    | -3,52   | 13,81      | 14,26   | 14,06   | 6,97     | 14,41   | 11,16   |
| PI                | -21,54       | 35,10   | 7,03    | -2,01      | 17,11   | 8,50    | 4,13     | 8,97    | 6,87    |
| CE                | -25,95       | 27,47   | 1,00    | 9,75       | 5,34    | 7,21    | 4,53     | 9,03    | 7,08    |
| RN                | -22,53       | 20,43   | -0,32   | 11,20      | 17,90   | 14,98   | 2,44     | 12,09   | 7,85    |
| PB                | 3,17         | 11,55   | 7,88    | -1,56      | 7,88    | 3,73    | 4,07     | 8,26    | 6,44    |
| PE                | -10,87       | 10,77   | 0,92    | -3,34      | 8,21    | 3,10    | 0,92     | 7,62    | 4,70    |
| AL                | -0,64        | 11,88   | 6,33    | 13,55      | 8,15    | 10,43   | 9,14     | 7,12    | 7,98    |
| SE                | -19,95       | 24,26   | 2,92    | 3,29       | 6,88    | 5,33    | 7,75     | 6,24    | 6,89    |
| BA                | 1,51         | 1,04    | 1,24    | 1,02       | 0,53    | 0,74    | 7,23     | 8,99    | 8,23    |
| NE                | -6,98        | 8,70    | 1,68    | 0,23       | 3,91    | 2,32    | 4,56     | 8,60    | 6,85    |
| BR                | 2,22         | 4,71    | 3,64    | -4,97      | 6,85    | 1,61    | -0,44    | 5,47    | 2,90    |

FONTE: FGV, 1993:49-60(11); SUDENE, 1994(33).

NOTA: Os valores reais que dão suporte ao cálculo das taxas foram obtidos através dos deflatores implícitos dos respectivos PIBs setoriais, tendo o ano de 1990 como base.

Os três anos finais da década 1980-90 foram de pesados reflexos no Nordeste da aguda fase de crise e recessão da economia brasileira e dos efeitos de mais uma grande seca que se abateu sobre a Região, em 1990. Isto levou o PIB real nordestino a decrescer 1,70% (0,57% a.a.) e o brasileiro, 1,34% (0,45% a.a.).

Nesse cenário adverso, a economia paraibana conseguiu alcançar o segundo melhor desempenho, entre as economias estaduais da região. O seu

PIB real cresceu 13,56% (4,33% a.a.), incremento esse inferior apenas ao do PIB da economia do Piauí, que foi de 20,62% (6,45% a.a.). A maioria dos PIBs dos demais estados nordestinos cresceram a taxas médias não superiores a 1,00% a.a..

Com esse seu melhor desempenho relativo, a economia da Paraíba recuperou a posição de quinta maior entre as economias estaduais do Nordeste, chegando ao ano de 1990 equivalendo a CR\$ 324.591.135.266,00 (US\$ 3,884,965,538.00), a preços desse ano. A sua participação no PIB nordestino, que havia sido de 5,85% em 1987, aumentou para 6,34% (TABELA 12).

TABELA 12  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Evolução do Produto Interno Bruto Real  
1980-1987-1990-1992

| Estados<br>Região<br>País | Produto Interno Bruto (a preços de 1990) |       |                    |       | Taxas Médias de<br>Crescimento (em % a.a.) |               |               |
|---------------------------|--|-------|--------------------|-------|--|---------------|---------------|
|                           | 1990                                     |       | 1992               |       | 1980/<br>1990                              | 1987/<br>1990 | 1990/<br>1992 |
|                           | Em CR\$ 1,00                             | %     | Em CR\$ 1,00       | %     |  |               |               |
| MA                        | 415.882.292.622                          | 8,13  | 427.887.523.670    | 8,24  | 8,29                                       | 3,89          | 1,43          |
| PI                        | 216.353.737.132                          | 4,23  | 189.090.299.296    | 3,64  | 7,05                                       | 6,45          | -6,51         |
| CE                        | 738.326.495.256                          | 14,43 | 819.998.879.868    | 15,79 | 4,69                                       | 0,51          | 5,39          |
| RN                        | 299.538.167.633                          | 5,85  | 319.418.828.696    | 6,15  | 7,44                                       | 0,86          | 3,27          |
| PB                        | 324.591.135.266                          | 6,34  | 323.086.976.774    | 6,22  | 5,60                                       | 4,33          | -0,23         |
| PE                        | 943.686.889.260                          | 18,44 | 900.732.375.411    | 17,34 | 3,47                                       | 3,45          | -2,30         |
| AL                        | 281.077.930.066                          | 5,49  | 304.360.981.137    | 5,86  | 5,24                                       | -2,00         | 4,06          |
| SE                        | 184.296.996.998                          | 3,60  | 181.170.457.082    | 3,49  | 4,36                                       | 1,00          | -0,85         |
| BA                        | 1.714.546.841.058                        | 33,50 | 1.727.536.893.706  | 33,26 | 3,80                                       | 0,32          | 0,38          |
| NE                        | 5.182.786.167.365                        | 15,88 | 5.194.053.133.699  | 15,87 | 3,27                                       | -0,57         | 0,11          |
| BR                        | 32.645.793.209.000                       | --    | 32.722.750.635.964 | --    | 1,48                                       | -0,45         | 0,12          |

FONTE: FGV, 1994 :33-5 (12); SUDENE, 1994 (33).

NOTAS: Valores inflacionados com base nos deflatores implícitos dos respectivos PIBs.

Percentuais dos PIBs estaduais em relação ao somatório de suas parcelas e os do PIB do Nordeste em relação ao PIB do Brasil.

Os dados do ano de 1992 fundamentam-se em estimativas preliminares dos valores nominais dos referidos PIBs elaborados pela SUDENE/Grupo de Contas Nacionais.

Refletindo os efeitos da seca, no período 1987-90, o PIB agropecuário foi o que apresentou o mais precário resultado setorial da economia paraibana. Decresceu 7,46% (2,55% a.a.), quando o PIB industrial cresceu 28,33% (8,67% a.a.) e o do setor de serviços, 15,7% (4,98% a.a.). Esse crescimento do PIB do setor industrial paraibano foi destacadamente o mais alto entre as economias estaduais nordestinas. No total da Região, o desempenho econômico setorial foi, em geral, bastante insatisfatório, no triênio em análise. O PIB agropecuário cresceu apenas 4,35% (1,43% a.a.), enquanto o PIB industrial decresceu 4,00% (1,35% a.a.) e o PIB do setor de serviços, 2,14% (0,72% a.a.). Na economia brasileira, as taxas de crescimento real dos PIBs setoriais, no mesmo período, foram as seguintes: agropecuário, -0,15% (-0,05% a.a.); industrial, -7,76% (-2,66% a.a.) e terciário, 5,31% (1,74% a.a.) (TABELA 13).

No total da década 1980-90, no âmbito das economias estaduais do Nordeste, a economia paraibana apresentou resultados relativos bem melhores do que nas duas décadas anteriores. A taxa de crescimento do seu PIB real, 72,44% (5,60% a.a.), embora menor do que a da década 1970-80, 86,83% (6,45% a.a.), foi a quarta maior na Região, sendo superada apenas pelas taxas incrementais dos PIBs dos estados do Maranhão, 121,76% (8,29% a.a.), Rio Grande do Norte, 104,96% (7,44% a.a.) e Piauí, 97,64% (7,05% a.a.). O PIB da economia do estado de Pernambuco foi o que menos se expandiu, 40,65% (3,47% a.a.). As economias nordestina e brasileira tiveram os seus PIBs crescendo às taxas de 37,96% (3,27% a.a.) e 15,83% (1,48% a.a.).

Esse razoável desempenho relativo da economia paraibana deveu-se, principalmente, aos índices de crescimento dos PIBs reais dos seus setores industrial e de serviços, 65,86% (5,19% a.a.) e 79,08% (6,00% a.a.), no período 1980-90. O PIB real do seu setor agropecuário cresceu 57,24% (4,63% a.a.), mas isto não pode ser considerado um desempenho à altura do daqueles outros setores, tendo em vista que ele havia decrescido 40,70% em 1980. As economias do Maranhão e do Rio Grande do Norte, cujos PIBs agropecuários apresentaram os piores resultados no Nordeste no período considerado, decrescendo 23,47% (2,64% a.a.) e 22,29% (2,49% a.a.), tiveram nos bons índices de incremento dos seus PIBs industriais e terciários\*, os grandes argumentos do elevado ritmo expansivo das suas economias. A economia nordestina apresentou resultados setoriais muito abaixo dos

---

\* Industriais: 176,86% (10,72% a.a.) e 144,00% (9,33% a.a.), respectivamente; terciários: 179,12% (10,81% a.a.) e 59,97% (4,81% a.a.), respectivamente.

recém-referidos da economia paraibana. O PIB real do seu setor agropecuário cresceu 17,32% (1,61% a.a.), o do setor industrial 12,67% (1,20% a.a.) e o do setor terciário 55,57% (4,52% a.a.). A economia brasileira teve os seus PIBs setoriais apresentando incrementos ainda mais modestos: o agropecuário, 28,26% (2,52% a.a.), o industrial, 3,14% (0,31% a.a.) e o terciário, 28,63% (2,55% a.a.).

**TABELA 13**  
Estados Nordestinos, Nordeste e Brasil  
Taxas setoriais de crescimento do PIB real (em % a.a.)  
1987-90

| Estados<br>Região | Agropecuário |         | Industrial |         | Serviços |         |
|-------------------|--------------|---------|------------|---------|----------|---------|
|                   | 1987/90      | 1980/90 | 1987/90    | 1980/90 | 1987/90  | 1980/90 |
| PAÍS              |              |         |            |         |          |         |
| MA                | -0,56        | -2,64   | 3,30       | 10,72   | 5,16     | 9,33    |
| PI                | 5,92         | 6,70    | 8,52       | 8,50    | 5,87     | 6,57    |
| CE                | 2,93         | 1,57    | 1,79       | 5,55    | -0,23    | 4,83    |
| RN                | -7,38        | -2,49   | 1,67       | 10,81   | -1,96    | 4,81    |
| PB                | -2,55        | 4,63    | 8,67       | 5,19    | 4,98     | 6,00    |
| PE                | 1,02         | 0,95    | 0,30       | 2,25    | 2,27     | 3,96    |
| AL                | -2,97        | 3,45    | -0,40      | 7,06    | -3,91    | 4,27    |
| SE                | 6,73         | 4,05    | 3,92       | 4,90    | -2,42    | 4,01    |
| BA                | 5,83         | 2,60    | 0,41       | 0,64    | -0,73    | 5,46    |
| NE                | 1,43         | 1,61    | -1,35      | 1,20    | -0,72    | 4,52    |
| BR                | -0,05        | 2,52    | -2,66      | 0,31    | 1,74     | 2,55    |

FONTE: FGV, 1993:49-60<sup>(11)</sup>; SUDENE, 1994<sup>(33)</sup>.

NOTA: Os valores reais que dão suporte ao cálculo das taxas foram obtidos através dos deflatores implícitos dos respectivos PIBs setoriais, tendo o ano de 1990 como base.

As limitações dos resultados alcançados pela economia paraibana, na década 1980-90, ficam evidentes, quando se analisa a sua evolução relativa no contexto regional. Mesmo tendo aumentado o peso da participação do seu PIB no do Nordeste, de 5,78% para 6,34%, esse seu agregado, que em 1980 era o quarto maior da Região, em 1990 passou a ser o quinto. Perdeu, assim, posição para a economia do Maranhão, cuja participação no PIB nordestino cresceu de 5,79% para 8,13%. Além disso, em 1980, o PIB real da economia da Paraíba, que equivalia a 128,8% do PIB da economia do Rio Grande do Norte e 116,0% do PIB da economia de Alagoas, teve reduzidos esses percentuais, em 1990, para 108,4% e 115,5%, ratificando, assim, a tendência dos anos 1960 e 1970 de essas duas economias estaduais superarem a paraibana, em termos de dimensão.

#### 4.4 O INÍCIO POUCO PROMISSOR DOS ANOS NOVENTA

Os primeiros anos desta última década do Século XX foram de crescente agravamento da difícil situação sócio-econômica do Brasil, exponenciando aquilo que lhe foi predominante nos anos oitenta. Nos anos de 1991 e 1992, a economia do País sofreu os efeitos perversos de uma desastrosa política de estabilização, que aprofundou o seu estado de crise, recessão e desemprego, sem nada de relevante conseguir quanto à eliminação do seu crônico processo superinflacionário.

No Nordeste, a realidade sócio-econômica assumiu conotação ainda mais grave do que aquela brasileira. Além de suportar as conseqüências da precária situação econômica do País, voltou a enfrentar os horrores de pesadas secas. Mal tendo acabado de purgar os efeitos da grande seca de 1990, deparou-se, novamente, com outro período de seca de elevada e crescente proporção, a partir dos primeiros meses de 1992. Nessa fase, o estado da Paraíba teve a sua vida sócio-econômica bastante afetada, a exemplo do que ocorreu em fases semelhantes anteriores.

No biênio 1990-92, o PIB real da economia paraibana decresceu 0,46% (0,23% a.a.). Em 1992, passou a totalizar CR\$ 323.086.976.774,00 (US\$ 3,866,962,570.00), a preços de 1990. A sua participação no PIB global do Nordeste, que em 1990 era de 6,34%, caiu para 6,22%, em 1992. Mesmo assim, manteve-se, neste como naquele ano, como o quinto maior PIB estadual da Região. Continuava, entretanto, a tendência histórica recente de declínio da dimensão relativa desse seu agregado econômico, comparada aos dos

estados do Rio Grande do Norte e Alagoas. Basta ver que, em 1992, o PIB da Paraíba passou a ser apenas 1,1% maior que o PIB norte-rio-grandense e 6,2% maior que o alagoano.

As economias dos estados do Piauí e Pernambuco foram as que apresentaram os mais insuficientes resultados no período 1990-92. O PIB real da primeira decresceu 12,60% (6,51% a.a.) e o da segunda 4,55% (2,30% a.a.). A economia nordestina teve o seu PIB real incrementado em proporção bastante modesta, 0,22% (0,11% a.a.). O crescimento do PIB da economia nacional foi também ínfimo, 0,24% (0,12% a.a.).

Embora não se dispondo de informações sobre o desempenho setorial das economias estaduais nordestinas, nos anos posteriores ao de 1990, há boas indicações de que aquela regressão da economia paraibana, no período 1990-92, decorreu dos efeitos da seca do último desses anos. Os dados disponíveis sobre a economia nordestina indicam que a queda do seu PIB global de 2,10%, em 1992, teve as suas principais determinações na diminuição do PIB do seu setor agropecuário, em 10,50%, diante da devastação de suas atividades produtivas pela seca que assolou a região nesse ano. O PIB do seu setor industrial também foi decrescente, na razão de 3,90%. Sabendo-se que, historicamente, a economia paraibana sempre foi uma das mais afetadas pelas secas, é muito provável que a queda do seu PIB de 3,00%, em 1992, deve ter tido as suas causas mais relevantes nas conseqüências da seca sobre suas atividades agropecuárias. A economia brasileira teve a redução do seu PIB de 0,90%, no referido ano, estreitamente vinculada a mais um ano de insucesso do seu setor industrial, cujo PIB decresceu 3,50%. Nos setores agropecuário e terciário da economia nacional, os resultados foram positivos, no PIB do primeiro, que cresceu 5,31%, e negativo no do segundo, que decresceu 0,10%.

O quadro de dificuldades das economias paraibana e nordestina, no início da presente década, fica patente nos seus resultados do ano de 1991. Mesmo sem a ocorrência de seca, os PIBs reais dessas economias cresceram apenas 2,60% e 2,40%, respectivamente, não obstante o fato de haverem decrescido 2,20% e 5,90%, no ano imediatamente anterior. Aconteceu, portanto, à Paraíba e ao Nordeste, algo semelhante ao que se passou com o Brasil, que teve um incremento do seu PIB global de 1,13% em 1991, após a violenta queda desse agregado econômico de 4,40%, em 1990.

#### 4.5 OS EFEITOS DAS SECAS

Seguramente, nos anos de seca, o verdadeiro drama humano que envolve grande parte da população do Nordeste, transcende em muito o que dele se pode explicar, através dos efeitos que são passíveis de avaliação econômica. Tratam-se de fases em que a fome e a sede, ao lado da erradicação das lavouras e dos rebanhos de animais, levam milhões de criaturas já miseráveis a regredirem além do possível, em termos de precariedade das condições de vida.

Os dados organizados pela SUDENE (1985) sobre as secas do Nordeste, nos anos de 1979 a 1983, oferecem um claro testemunho do quanto são pesados os efeitos negativos dessa adversidade climática, que com certa frequência se abate sobre a região. A seca de 1970 atingiu 513 municípios, alocando 460 mil trabalhadores vinculados ao assistencialismo dos Programas de Emergência daquele órgão. Em 1980, o número de municípios atingidos elevou-se para 988 e o de trabalhadores assistidos, para 720 mil. Em 1981, a seca se alastrou por 1.100 municípios, elevando para 1.169 mil o contingente de trabalhadores amparados por aqueles programas. Em 1982, o número de municípios afetados pela seca baixou para 898 e o de trabalhadores assistidos para 756 mil. Em 1983, ano de auge da seca, chegou-se ao assombroso número de 3.009 mil trabalhadores atuando nas "frentes de trabalho" dos programas assistenciais, nos 1.328 municípios em situação de calamidade.

Pelos dados da TABELA 14, as indicações são de que as secas de 1979, 1980, 1983, 1987 e 1990 trouxeram grandes prejuízos à economia paraibana. Nesses anos, o PIB real do seu setor agropecuário apresentou elevadas taxas anuais de redução: 5,10%, 40,70%, 21,00%, 30,50% e 27,70%, respectivamente. Mas, para os seis anos de seca considerados na aludida tabela, que incluem o de 1981, constata-se que os quatro estados nordestinos, cujos PIBs agropecuários apresentaram as maiores taxas médias de declínio, foram os do Ceará, com 29,90% a.a.; Rio Grande do Norte, 31,90% a.a.; Piauí, 23,50% a.a. e Sergipe, 18,70% a.a. A queda do PIB agropecuário da Paraíba, no período de referência, foi da ordem de 18,50% a.a..

Os resultados globais apresentados pela economia da Paraíba revelam, entretanto, a sua maior fragilidade, diante dos efeitos das secas. Mesmo com aquela menor afetação em suas atividades agropecuárias, o seu PIB total decresceu à taxa média de 4,30% a.a., nos seis anos de seca analisados. Já para aqueles outros estados mais diretamente prejudicados pelas secas, o comportamento do PIB global foi crescente no Rio Grande do Norte, 4,40% a.a., e em Sergipe, 0,50% a.a., sendo decrescente no Ceará, -1,70% a.a., e no Piauí, -3,00% a.a.

TABELA 14  
Estados Nordestinos e Nordeste  
Comportamento Econômico nos Anos de Seca  
1979-90

| Estados e Região | Variação do PIB real nos anos de seca (em %) |       |                   |       |                   |       |                   |       |                   |       |                   |       |
|------------------|--|-------|-------------------|-------|-------------------|-------|-------------------|-------|-------------------|-------|-------------------|-------|
|                  | 1979   |       | 1980              |       | 1981              |       | 1982              |       | 1987              |       | 1990              |       |
|                  | Agrope-<br>cuário                            | Total | Agrope-<br>cuário | Total | Agrope-<br>cuário | Total | Agrope-<br>cuário | Total | Agrope-<br>cuário | Total | Agrope-<br>cuário | Total |
| MA               | 2,9  | 11,4  | 7,6               | 9,2   | -16,4             | 2,3   | -38,3             | -10,5 | -20,7             | 10,6  | -25,2             | -11,0 |
| PI               | 3,8  | 2,8   | -14,8             | -0,8  | 5,2               | 4,7   | -63,5             | -14,2 | -26,6             | -5,6  | -19,6             | -3,4  |
| CE               | -30,4  | -0,2  | -13,5             | 5,7   | -13,1             | -0,7  | -68,1             | -0,7  | -18,8             | -3,0  | -12,5             | -10,4 |
| RN               | -42,8  | 0,3   | 27,1              | 11,1  | -20,0             | 0,8   | -52,2             | 0,8   | -34,5             | 11,0  | -45,4             | 3,2   |
| PB               | -5,1   | 1,5   | -40,7             | -13,6 | 31,1              | 6,5   | -21,0             | -7,3  | -30,5             | -8,6  | -27,7             | -2,7  |
| PE               | -1,4   | 5,0   | -6,0              | 3,0   | -10,0             | -4,4  | -26,0             | -7,3  | -9,1              | -1,6  | -9,2              | -0,7  |
| AL               | 22,1   | 6,7   | -20,7             | -3,6  | 10,4              | 24,3  | -23,2             | -4,2  | 22,0              | -0,5  | 13,0              | -0,6  |
| SE               | 14,4   | 10,7  | 20,6              | 3,6   | 1,4               | 3,2   | -62,0             | -2,3  | -37,0             | -5,5  | -13,5             | -5,5  |
| BA               | 7,0  | 7,9   | 0,8               | 0,2   | 12,9              | -2,3  | -4,9              | 3,7   | -18,6             | 1,3   | -9,3              | -1,8  |
| NE               | -0,5   | 7,2   | -6,6              | 2,9   | 0,8               | -0,7  | -29,7             | -3,8  | -17,0             | -1,0  | -12,0             | -6,1  |

FONTE: SUDENE, 1994<sup>(33)</sup>.

Essas maiores repercussões negativas sofridas pela economia paraibana como um todo, diante da redução do nível das suas atividades agropecuárias, decorreram basicamente do elevado peso relativo que têm essas atividades na formação do seu PIB global. Esse fato, associado à grande vinculação da indústria estadual ao mercado local, muito provavelmente gerou uma série de efeitos diretos e indiretos, atuando no sentido da redução do nível das riquezas produzidas no Estado.

**Abstract:** The aim of this article is to analyse the performance of the Paraíba economy during the 1960-92 period. First, it demonstrates the relative dimension of the economy's involution in the regional and national context. Secondly, it attempts to explain this reality through investigating its foundations considering its interrelation in the Brazilian capital accumulation process. Thus, it gives special attention to the understanding of regional integration in national social, and economic system and its repercussions, in recent history, emphasizing the case of Paraíba state.

**Key Words:** Paraíba Economy, Economic Growth, GNP, Industrialization, Paraíba, Brazil-Northeast Region.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Manoel Correia de. **O processo de ocupação do espaço geográfico paraibano**. In: PARAÍBA; estudo de regionalização e política estadual de desenvolvimento urbano e local. João Pessoa: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1975. v.2.
2. BELLUZZO, Luiz Gonzaga M., COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 2v.
3. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Sistema de C&T do Brasil**. Brasília: IBICT, 1993.
4. CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.
5. CASTRO, Antônio Barros de. **O desenvolvimento recente do Nordeste**. In: SETE ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1971. v. 2.

6. CASTRO, Antônio Barros de, SOUZA, Francisco Eduardo P. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
7. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 25, n. 9, p. 91-114, set. 1971.
8. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 31, n. 7, jul. 1977.
9. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 39, n. 2, fev. 1985.
10. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 43, n. 6, jun. 1989.
11. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 47, n. 1, p. 49-60, jan. 1993.
12. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 48, n. 1, p. 33-5, jan. 1994.
13. COUTINHO, Luciano G., REICHSTUL, Henri-Philippe. **O setor produtivo estatal e o ciclo**. In: MARTINS, C. Estevam. Estado e capitalismo no Brasil. São Paulo: HUCITEC/CEBRAP, 1977. p. 55-93.
14. FUNDAÇÃO IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro, 1987. v. 3.
15. \_\_\_\_\_. **Contas nacionais consolidadas, 1970-1986**. Rio de Janeiro, 1989.
16. \_\_\_\_\_. **Contas nacionais consolidadas, 1980-1989**; Produto Interno Bruto por unidades da federação 1970-1985. Rio de Janeiro: Departamento de Contas Nacionais, 1991.
17. \_\_\_\_\_. **Censos demográficos, estados do Nordeste e Brasil, de 1960, 1970 e 1980**. Rio de Janeiro, [...]
18. \_\_\_\_\_. **Sinopse preliminar do censo demográfico - 1991; estados do Nordeste e Brasil**. Rio de Janeiro, 1991.
19. FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
20. \_\_\_\_\_. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
21. GOODMAN, Davi E., ALBUQUERQUE, Roberto C. de. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro: IPEA, 1974.
22. GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959.
23. GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Nordeste: da articulação à integração econômica**. Campinas: UNICAMP/IE, 1986. Mimeografado.
24. MEDEIROS, José Adelino et al. **Pólos, parques e incubadoras; a busca da modernização e competitividade**. Brasília: CNPq/IBICT, SENAI, 1992.

25. MOREIRA, Ivan Targino. **Evolução recente da população paraibana.** João Pessoa: UFPb/CCSA/CME, 1989. (Texto para discussão, 64)
26. MOURA, Hélio A. **Nordeste: migração e desequilíbrios.** Revista Pernambucana de Desenvolvimento, Recife, v. 9, n. 2, p. 191-217, jul./dez. 1982.
27. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião.** In: SUDENE. Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
28. PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
29. POLARI, Rômulo Soares. **Paraíba; o elo fraco do capitalismo brasileiro.** João Pessoa: O Norte, 1990. (Cadernos especiais)
30. \_\_\_\_\_. **A economia paraibana no contexto regional e nacional.** João Pessoa: UFPb/CME [s.d.] (Relatório de pesquisa)
31. \_\_\_\_\_. **O Nordeste no contexto da acumulação de capital no Brasil no período 1960-89.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21, 1993, Belo Horizonte. Anais ... [Belo Horizonte]: Prol, 1993. v.1, p. 321-340.
32. SINGER, H. W. **Estudos sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste.** Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1954.
33. SUDENE. **Agregados econômicos regionais-produto interno, formação de capital e consumo do governo; Nordeste do Brasil, 1965-92.** Recife, 1994.
34. \_\_\_\_\_. **Plano de defesa civil para 1985; Região Nordeste.** Recife, 1984.
35. TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro, 1975. Tese de Livre-Docência. Mimeografado.
36. \_\_\_\_\_. **Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira.** Rio de Janeiro, 1978. Mimeografado.
37. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS, 1987, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro, [s.n.] 1987.

---

Recebido para publicação em 1º.08.94.

